

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

RAQUEL DA SILVA GUEDES

**MULHERES NAS ENGENHARIAS: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA
ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA (1952-1974)**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

RAQUEL DA SILVA GUEDES

**MULHERES NAS ENGENHARIAS: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA
ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA (1952-1974)**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

RAQUEL DA SILVA GUEDES

**MULHERES NAS ENGENHARIAS: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA
ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA (1952-1974)**

Monografia apresentada ao curso
de Bacharelado em História da
Universidade Federal de Campina
Grande – Campus I

Orientadora: Dra. Rosilene Dias Montenegro

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

RAQUEL DA SILVA GUEDES

Monografia apresentada em ____/____ de 2014

Banca Examinadora:

Professora Doutora Rosilene Dias Montenegro
Orientadora

Professor Doutorando Fábio Ronaldo da Silva
Examinador

Professor Doutor José Benjamim Montenegro
Examinador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, sendo eu crente de sua existência e sua força, de maneira muito singela, senti seus cuidados nesses 21 anos de vida. A cada dificuldade, dúvida, tropeço havia sempre um ensinamento e uma força inata de recuperação, a cada falta de tempo havia um modo de fazer tudo progredir e eis que minha fé me fez maior.

Aos meus pais, por todo o cuidado, carinho e dedicação. Por terem me educado de maneira tão concisa, independente, dentro dos valores, honestidade e ética. Por terem me ensinando a ter humildade para lidar com a vida (mesmo com todo esse carão de metida), ética e diplomacia para com os desafetos e respeito para com todos. Mas acima de tudo, por terem feito de mim uma pessoa de pé no chão, que deve ajudar aos que estão em dificuldade, diminuir as cargas alheias, ouvir para aprender, acalmar e entender. Em todos os momentos de sufoco foi a minha base quem me salvou, foram esses ensinamentos que me trouxeram ao eixo e foram, ainda, por eles que fui reconhecida.

Ao meu irmão, que em longa infância era marrento e brigão (ou eu era assim?), mas que sempre foi um exemplo. A primeira pessoa a que sempre recorro nas dúvidas desde o ensino básico, aquela que quando ainda morava em casa me fazia companhia nas madrugadas de estudo, cada um em seu quarto cuidando do futuro, até a hora do cansaço liquidar e juntos irmos comer e rir por vinte minutos para tirar o estresse.

Aos meus amigos de colégio, que por dez anos estão presente em minha vida, que demonstram o quanto é importante ter alguém para confiar, desabafar e sorrir. Que tem valores parecidos com os meus e não me deixam desanimar. Junto com eles, devo agradecer aos meus professores do colégio por muito terem me ensinado, em especial aos de história que me fizeram escolher este curso.

A Rosilene, minha tão querida orientadora, por ter me acolhido com tanto carinho e respeito, por ter me ensinado muito academicamente, me proporcionando tantas oportunidades, por confiar em mim quando nem eu acho que consigo, por ser um exemplo eter um modo de corrigir suave, crítico e reflexivo (foram esses momentos os de maiores lições).

Aos pesquisadores e membros do Projeto Memória, Fábio Ronaldo da Silva e José Valmi Oliveira Torres que foram responsáveis por me fazer ingressar de fato na academia, por me passar tanto conhecimento de maneira singela, por terem feito despertar meu tema de pesquisa e me ajudado a colocar em prática com êxito e a Rafael Ribeiro, por dividir todos os artigos, entrevistas, piadas e dificuldades, por estar no mesmo barco, como dizem, fazendo companhia e crescendo academicamente juntos.

A Rosa, tão competente secretária do nosso curso de História, que me guiou nos processos, deu jeito em todos os meus horários, me contou muito de sua vida, escutou parte da minha, aguentou muitas lamentações e aperreios, além de apostar no meu sucesso com convicção.

As minhas colegas de curso, as mais loucas possíveis. Devo ressaltar que somos muito diferentes em tudo, uma incompatibilidade tamanha, mas os corações são tão grandes que houve jeito para lidar com isso. Durante quatro anos grandes coisas aconteceram, houve muitos momentos em que estar na universidade era uma tarefa difícil, mas elas me ajudaram a suportar. Houve épocas que Karol e Kroll (Karollyne Pâmela e Caroline Souza) passavam a se revezar para não me deixar só, faziam todas as minhas ideias se tornarem realidade com suas ajudas infinitas. Deram-me muita dor de cabeça por não pararem de falar, mas em compensação muito riso com o humor peculiar que carregam. Após elas, já no fim da linha de curso, devo agradecer a Ewennye, que é tão louca quanto as duas primeiras juntas, mas é dona de um cuidado, coração e prestatividade enorme, uma pessoa que aprendi a admirar e gostar, alguém que carrego muita amizade e gratidão, bem como as Carois.

A minha turma, pelos bons quatro anos de convivência, mesmo nas ausências de tempo e nos caminhos diversos que foram traçados, são pessoas ímpares, de muita personalidade e que gostei de conviver, em especial a Saulo pelo tamanho companheirismo e confiança.

A Edson Saulo, Márcio e Henrique, que durante toda a escrita da monografia, enquanto as tabelas criavam vida e vontade própria querendo ficar onde bem queriam e se queriam, me acalmaram para que não jogasse o computador na

parede, vontade essa que passou pela cabeça pelos menos umas quinze vezes por noite, mas eles me fizeram rir e abstrair.

Ao grupo da academia, por todo fim de tarde quando eu podia comparecer aos treinos físicos me animarem, conversarem tantas coisas diversas para que minha feição de morta viva (como eles dizem) melhorasse. Por frases como: "Galega, esse teu fim de curso tá destruição, "vamos matar a raiva aqui nos pesos". "Vem, eu te ajudo, reveze comigo para não se atrasar na aula".

A vocês eu dedico esse passo tão importante em minha vida, foram essas presenças que me fizeram progredir. Por tanto cuidado, só posso dizer: *Muito Obrigada por tudo!*

A primeira História que gostaria de contar é a História das mulheres. Hoje em dia ela soa evidente. Uma História “sem as mulheres” parece impossível. Entretanto isso não existia. (...) Escrever a história das mulheres é sair do silêncio a que elas estavam confinadas.

Michelle Perrot

SUMÁRIO

Resumo	10
Abstract	11
Apresentação	12
Capítulo 1- Mulheres, Vida Pública e Participação na Ciência	15
1.1 Do Lar a Vida Pública	17
1.2 De Discente a Docente	19
1.3 Mulheres nas Ciências	22
Capítulo 2 - A Escola Politécnica da Paraíba	27
2.1 Um passeio pela a História de Campina Grande	27
2.2 O contexto histórico em que surge a Escola Politécnica	33
2.2.1 Os idealizadores da Escola Politécnica	35
2.3 A Fundação da Escola Politécnica da Paraíba	41
2.4 Os Primeiros Passos da Escola Politécnica da Paraíba	44
2.5 O Desenvolvimento da Escola Politécnica	50
Capítulo 3 - A Participação Feminina na Escola Politécnica	57
3.1 Os Índices Femininos no Vestibular e as Aprovações	60
3.2 O Corpo Docente	68
3.3 As Funcionárias	69
Considerações Finais	73
Fontes	76
Referências Bibliográficas	77

RESUMO

O presente trabalho é resultado do projeto **“Mulheres nas Engenharias: Estudos da História, Ciência e Tecnologia”**, desenvolvido enquanto aluna PIBIC/UFCG-2012-2013. Esse projeto teve como objetivo promover uma pesquisa para identificar mulheres que fizeram parte da Escola Politécnica da Paraíba como alunas e/ou professoras. A Escola Politécnica da Paraíba foi a primeira instituição de ensino superior de Campina Grande-PB a se consolidar. Criada em 1952, com o curso de Engenharia Civil, teve sua primeira expansão com a criação dos cursos de Engenharia Elétrica (1963) e Engenharia Mecânica (1966). A criação e consolidação dessa Instituição de Ensino Superior ocorreu em uma época de crescimento da cidade de Campina Grande e também de construção nessa cidade de uma mentalidade e imaginário de cidade moderna. A Politécnica foi reconhecida ainda por ser em fins dos anos cinquenta como uma das melhores instituições de ensino superior do Nordeste, atraindo, assim, um público de estudantes em sua maioria masculino mas também um público feminino. O desafio dessa pesquisa foi investigar a participação feminina na Politécnica, em uma época onde a mulher era pouco associada ao espaço público e restrita sua presença na área de conhecimento tecnológico e das engenharias, um espaço apresentado socialmente como masculino. Em nossa pesquisa utilizamos como base a documentação da Escola Politécnica da Paraíba, localizada no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); e, utilizamos da metodologia da História Oral para a realização de entrevistas com ex-estudantes e/ou professores da Politécnica cuja colaboração nos permite avançar no conhecimento de questões do cotidiano da Politécnica no período pesquisado, e também analisar a participação feminina nos cursos de engenharia.

Palavras-chave: Gênero, Mulheres, Escola Politécnica, Engenharias.

ABSTRACT

This work is the result of the project " Women in Engineering : Studies of History , Science and Technology " developed as a student PIBIC/UFCG-2012-2013 . This project aimed to promote research to identify women who were part of the Polytechnic School of Paraíba as students and / or teachers . The Polytechnic School of Paraiba was the first institution of higher education in Campina Grande-PB to consolidate. Founded in 1952 with the Civil Engineering course , had its first expansion with the creation of courses in Electrical Engineering (1963) and Mechanical Engineering (1966) . The creation and consolidation of this institution of higher education occurred at a time of growth in the city of Campina Grande and also built in this town of thought and imagination of the modern city. The Polytechnic was recognized in the late fifties as one of the best higher education institutions in the Northeast , thus attracting an audience of students at his most masculine but also a female audience . The challenge of this research was to investigate the participation of women at the Polytechnic , in an era where women were little involved in public space and restricted their presence in the area of technological knowledge and engineering , an area regarded as culturally masculine. In our research we use as basis the documentation of the Polytechnic School of Paraíba, located in the General Archives of the Federal University of Campina Grande (UFCG), and use of oral history methodology for conducting interviews with former students and / or teachers Polytechnic whose collaboration allows us to advance in knowledge of issues of everyday Polytechnic in the period surveyed , and also examine women's participation in engineering courses .

Keywords : Gender , Women , Polytechnic , Engineering .

APRESENTAÇÃO

A história desta Monografia de Conclusão de Curso iniciou há três anos, quando comecei a participar do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande¹. Em minha participação nesse Projeto e Grupo de Pesquisadores, tive contato com a história da Escola Politécnica da Paraíba, e me foi designado realizar uma pesquisa sobre a atuação das mulheres nos cursos de engenharia desta Escola. Inicialmente fiz uma pesquisa no Arquivo Geral da UFCG onde se encontram os 412 (quatrocentos e doze) livros com a documentação da Escola Politécnica. Muito provavelmente muito mais documentação sobre essa instituição e período nas unidades acadêmicas, e nos arquivos do campus I da Universidade Federal da Paraíba a qual estava vinculada a Politécnica. Mas só tivemos acesso a documentação que encontra-se no Arquivo Geral da UFCG. Desconhecemos até o momento o tipo e quantidade de documentação sobre a Politécnica existente na Universidade Federal da Paraíba.

A primeira fase da pesquisa no Arquivo Geral da UFCG durou cerca de onze meses. Desse trabalho observei uma lacuna referente a participação das mulheres nas informações documentais que restaram da Escola Politécnica. A partir dessa constatação, decidi transformar a minha pesquisa junto ao PIBIC em meu trabalho de conclusão de curso, de forma que pudesse registrar a participação feminina na Escola Politécnica da Paraíba.

Para isso, consegui coletar para este trabalho informações quantitativas a respeito da participação das mulheres, sejam elas alunas, professoras ou funcionárias, fazendo uma triagem de quantas foram essas mulheres, em que ano prestaram vestibular e entraram nos cursos das Engenharias Civil, Elétrica e

¹Iniciado em fevereiro de 2004, o Projeto Memória é o nome pelo qual denominamos o projeto de pesquisa "**Organização e Preservação da Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande PB**". Este projeto de pesquisa contou com o apoio inicial do CNPq e da UFCG e se propõe a atuar na área de organização e preservação de acervos documentais escritos, iconográficos e orais. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a história e memória da Escola Politécnica da Paraíba, origem do antigo Campus II da UFPB, hoje Universidade Federal de Campina Grande.

Mecânica, seus nomes e funções, quantas mulheres no corpo docente, em que áreas e disciplinas específicas essas mulheres ensinaram, investigando a participação e contribuição feminina para o sucesso do ensino superior que a Escola Politécnica da Paraíba inaugurou na cidade de Campina Grande na década de 1950, mais precisamente a partir de julho de 1954, quando passou a funcionar as disciplinas do curso de Engenharia Civil.

O recorte temporal está delimitado ao período de funcionamento da Escola Politécnica (EPP), tendo atuação do ano de 1952 a 1975. Assim posto, no primeiro momento dessa produção, foi realizada uma análise teórica sobre a história feminina, buscando conhecer como a mulher ganhou voz e força para estar e enfrentar os desafios do espaço público; como se inseriram no espaço científico; quais contrapontos dessas experiências com a realidade feminina campinense; e buscando conhecer essa história que está entre as “barreiras do silenciamento”, conforme apresentando nas discussões de Eni Puccinelli Orlandi(1995).

No segundo momento foi realizada uma explanação a respeito da história da EPP, sua criação, conceituação e influência na cidade, partindo para uma análise de como era Campina Grande antes da década de cinquenta e após a estruturação do Ensino Superior com base nos escritos dos fundadores da Politécnica.

No terceiro momento construí uma catalogação quantitativa da presença feminina na EPP, analisando os dados e as informações implícitas por trás desses números, nomes e funções, além de acrescentar fragmentos riquíssimos coletados a partir de entrevistas que explicam de maneira mais atuante os dados coletados durante a pesquisa.

Além de contribuir para (re)contar a história da Escola Politécnica da Paraíba, a origem da Universidade Federal de Campina Grande, o trabalho tem relevância no tocante a investigação sobre a participação feminina dentro do ensino superior na cidade de Campina Grande, interior do estado da Paraíba, em uma época onde era comum às mulheres, quando buscavam uma formação profissional, se dedicarem ao estudo na Escola Normal, um espaço público que

acabou por ser designado para ensino de mulheres) e aos cursos da área das humanidades ou a área da saúde, sendo esporádica a procura pela área das engenharias. Área até hoje fortemente marcada pela presença masculina. Vale salientar ainda, que o sucesso dessa conquista feminina, efetuado por mulheres pioneiras, permitiu que na atualidade as mulheres tivessem livre acesso às engenharias. Pretendo, assim, contribuir com a história das mulheres dentro da ciência e da tecnologia na cidade de Campina Grande.

CAPÍTULO 1

MULHERES, VIDA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO NA CIÊNCIA

A História das Mulheres enquanto campo de investigação se inicia a partir de 1960 na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos simultaneamente. Uma década depois, falar sobre as mulheres se tornou um hábito na França (PERROT, 2008). Um interesse tardio em uma temática polêmica por questionar as sociedades, os campos da política e das práticas culturais. Mas a intensificação do debate e investigações sobre as questões de gênero só foi possível quando a história aliou-se a antropologia.

Outras contribuições foram igualmente para a história das mulheres. A Escola dos Annales em sua terceira geração denominada de “Nova história” mudou o clima intelectual e a maneira de escrever a história abrindo possibilidades de investigação para temáticas diversas. Os fatores sociológicos, com a presença de mulheres nas universidades e como docentes, juntamente com fatores políticos, como o movimento de liberação das mulheres² foram responsáveis por acender o debate sobre a condição das mulheres, da vida feminina e seu lugar no meio social.

A partir de então foi detectado um empecilho para escrever a História das Mulheres, “sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios desfeitos, seus arquivos destruídos, há um déficit, uma falta de vestígios” (PERROT, 2008). A própria gramática contribui para isso, as estatísticas são assexuadas e no casamento as mulheres mudam o sobrenome, tais fatores acabam por favorecer

² Movimento da Luta Feminista que visava liberar as mulheres do preceito de viver apenas para o lar, sem direito a vida pública, voto e liberdade de responder por suas decisões.

a destruição de vestígios e a autodestruição da memória feminina (PERROT, 2008).

Foi estabelecido de maneira radical, desde a antiguidade, a superioridade masculina, tendo as mulheres de aprender no silêncio. Tal aspecto é diretamente responsável pela dificuldade de achar fontes que identifiquem o cotidiano feminino e suas lutas:

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo merecia interesse e relato. Elas atuam em famílias, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas (...) porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: o silêncio das fontes. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso a escrita foi tardio. Suas produções domésticas foram rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque o julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra. (PERROT, 2008:16-17).

É importante destacar que o silêncio transborda significados, dentro dele há um movimento amplo entre sentido e sujeito (ORLANDI, 1995), ou seja, é necessário levantar indícios do motivo pelo qual houve tal silenciamento, por quem, como e sobre o que foi silenciado, pois “o silenciamento nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica “*implícito*”, esta que aparece e algumas vezes se dá como sobreposta a uma significação” (ORLANDI, 1995)

Este trabalho buscou trazer à história a fala e as experiências silenciadas na participação das mulheres nas engenharias, em especial, na Escola Politécnica da Paraíba, abordando como se deu a participação dessas mulheres nas ciências e suas carreiras profissionais, enquanto docente ou como engenheiras, enfim, sua inserção no espaço público em atividades de maior predominância masculina.

1.1 Do Lar à Vida Pública

Segundo a explicação cristã-católica do mundo, mulher foi criada por moldes divinos da costela do homem para que fizesse companhia a este, seu papel seria o cuidado e a proliferação da família. Mas, devido a audácia em desobedecer a Deus e provar do fruto proibido recebeu como castigo a condição de ser subordinada ao homem, por não ter capacidade de raciocinar coerentemente sozinha, além de sentir as dores do parto (Gênesis).

Durante a evolução humana, a mulher manteve o papel de subordinação ao marido, na Idade Média poucos registros são dados aos feitos femininos se não ligados ao lar e à maternidade. A fração numérica feminina que recebe destaque por outras atividades é representada na figura da prostituta, que é colocada à margem da sociedade, mais tarde, da escrava ou das mulheres de classe média baixa que necessitavam trabalhar para seu sustento.

A mulher seguia os termos de uma família patriarcal, onde o pai, seu tutor definia sua criação, educação, padrões comportamentais e casamento. O feminino era criado para os dotes do lar, não saía às ruas se não fosse acompanhada e em datas específicas. Na maioria das vezes era proibida de estudar, ou somente lhe permitido o acesso às primeiras fases da alfabetização e letramento. Não estudava. Por proibição ou por desestímulo. Sendo motivada a aprender as tarefas domésticas, costurar, bordar, cozinhar (CAVALCANTI, 2000).

A família seguiu esse costume até a ascensão da burguesia. A partir de então, a elite burguesa, julgando desnecessário a esse regime, decidiu criar uma República liberal, moderna e urbana, se diferenciando do patriarcalismo que era seguido até então. As instituições modernas, que serão responsáveis por essas mudanças, elas reordenariam a tutela familiar em uma nova ordem social burguesa onde as mulheres poderiam frequentar o espaço público dentro da modernização e da moralização.

Esse novo lugar assumido pela família, e, ao mesmo tempo, o novo lugar assumido pela

criança e pela mulher nessa família, são resultados da emergência da sociedade burguesa, que dispensa um cuidado especial aos que considera relativamente incapazes(CAVALCANTI, 2000:35).

Antes era dever do pai manter a filha em casa. Os acordos de casamento eram feitos sem sequer a mulher conhecer seu futuro marido. Com o passar do tempo o namoro vigiado passou a ser permitido, com a mulher vivenciando o espaço público, a exemplo dos cinemas, os quais eram liberados para mulheres, massamente seacompanhadas de um membro da família. Os passeios ao fim de tarde, as visitas de mães e filhas para tomar o chá das cinco badalaram as ruas da cidade e tornaram a presença feminina mais atuante no meio social.

A modernização permitiu a aparição feminina nas ruas, mas sua aceitação não foi unânime. Gilberto Freyre, por exemplo, condenava as práticas de aburguesamento e as novas tendências que ocorriam na sociedade, defendendo com afinco os moldes da família patriarcal. Por outro lado, não se podia frear o crescimento econômico, industrial, da urbanização e a consolidação do trabalho assalariado. Novos lugares e imagens eram instituídos a homens e mulheres e a educação feminina mudara, como afirma Silêde Cavalcanti:

Houve, nessa época, deslocamentos nas imagens do ser mulher, esposa, mãe e até profissional produtiva, pois o espaço público precisava ser habitado por mulheres; o corpo moralizado da mulher no privado (família) devia corresponder a um corpo moralizado no público (trabalho, lazer). Por isso, a mulher, agora convidada a participar de eventos e práticas públicas e urbanas, devia fazê-lo com muita precaução; era preciso habilidade para entrar na rua, era necessário que a senhora soubesse conservar o ar modesto e uma atitude séria, que a todos impusesse o devido respeito e sair a rua só se fosse com homens (Cavalcanti, 2000:25).

A mulher dava um passo importante na inserção pública, mas ainda era moldada por um tutor e por uma postura moralizante, evidenciando que o lugar feminino na sociedade ainda era de incapaz, uma vez que sua condição de sujeito era negada. A mulher, então regida pelo homem, passava a ser conduzida pelo Estado, pois se sua postura não fosse moralizadora, ela responderia perante a lei e à sociedade como desmoralizada.

O feminino passou a ter aparições no espaço público, mas seu dever ainda era cuidar da família e sua respectiva moralidade. Sair às ruas para reivindicar seus direitos ou para trabalhar em horários noturnos era visto como uma quebra a moral e a imagem do que é ser mulher:

Houve a proibição do trabalho noturno, considerado imoral para o sexo feminino, e a garantia da maternidade (...) a representação da mulher como ser frágil e naturalmente constituído para realizar a vocação de mãe sustentou práticas que buscaram o redirecionamento da mulher trabalhadora de volta ao lar para defender a moralização, das mulheres, das crianças e familiar (RAGO, 1997:69).

Para resguardar a mulher havia em casa e na rua o discurso político moralizante, médico higienizador e a advertência sobre o respeito e manutenção da moral e dos bons costumes. Ocorre que em uma sociedade moderna não se sustentava mais uma mulher sem qualquer instrução. Assim, o letramento feminino, a possibilidade de frequentar escolas e ter acesso à educação passou a ser cogitada e realizada. Esse momento histórico abriu portas para grandes conquistas femininas, e ocorre a conquista moral e política do direito à educação, a frequentar as escolas primárias, a Escola Normal e seguir a carreira de docente, de profissional, caminhando a passos lentos para a emancipação.

1.2 De Discente a Docente

A educação feminina foi um desafio, os avanços das tendências burguesas adentraram na questão educacional. Assim, escolas foram montadas para receber as crianças e os incentivos à educação foram lançados. Mas, e as mulheres? Inicialmente, as escolas eram para homens, após reivindicações, foram criadas as escolas para as crianças do sexo feminino (DEL PRIORE, 2011). Contudo o ensino ainda era diferenciado, uma vez que os meninos costumavam estudar matemática enquanto as meninas tinham aula de canto (PERROT, 2008).

A escolarização das meninas no primário ocorreu em 1880, em 1900 elas passaram a estudar o ensino secundário, apenas em 1950 no período entre

guerras houve uma entrada maciça de jovens na universidade. Hoje, em determinados cursos, a presença feminina supera a masculina (PERROT, 2008).

No Brasil, os discursos de modernização eram recorrentes no século XIX, a partir de então foi dada ênfase à educação (DEL PRIORE, 2011). Pouco antes desses discursos, foi reivindicada a criação de escolas mistas, ou seja, com meninos e meninas estudando no mesmo local, isso porque “as mulheres não confiavam no ensino que se concedia a elas, temiam a desvalorização, reivindicavam a ‘coeducação’ dos sexos, os mesmos programas de espaços, que garantiriam uma certa igualdade” (PERROT, 2008:96). Esse foi um avanço muito promissor para as mulheres. As escolas passaram a ser mistas e o regime alcançou até o ensino superior, embora fosse pequeno o número de mulheres que chegavam a esse estágio.

Com a missão de modernizar o país por meio da educação, um incentivo foi dado com a implantação da Escola Normal, cuja pretensão era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar, como afirma Gracira Louro (2011).

Desta forma, as escolas normais receberam um público extenso em número de estudantes. Todavia, constatou-se que a demanda de procura e formação era predominantemente feminina. Fortalecendo ou mantendo a identificação culturalmente construída de ser a mulher “naturalmente” propensa às atividades de cuidar do outro, nesse caso como docente. Vista como tendência natural e até preferencial das famílias de matricularem seus filhos nas escolas, foi recebida com críticas e polêmica outrora:

Assim iniciava, em meados do século XIX, o opúsculo humanitário, um dos vários escritos com que essa professora autodidata iria perturbar a sociedade brasileira. A final o que pretendia essa “mulher metida a homem?” (...) As mulheres deveriam ser mais educadas que instruídas, ou seja, para elas a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. Na opinião de muitos não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial -como esposa e mãe- exigiria,

acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. (DEL PRIORE, 2011:446)

Foi a predominância feminina na escola normal que fez o discurso mudar. Ao se encher de moças, a escola normal tornou-se uma escola para mulheres, a formação docente se feminizou com uma sustentação discursiva de que “o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério, de certa forma, era uma extensão da maternidade, pois cada aluno ou aluna era visto como um filho espiritual” (DEL PRIORE, 2011:450).

A transformação discursiva ainda foi adiante, dando um crédito a profissionalização feminina sem tirá-lados afazeres do lar:

Foi também, dentro deste quadro (discursivo) que se constituiu, para a mulher, uma concepção do trabalho fora de casa como ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe. O trabalho fora seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós, as solteironas e viúvas. Dizia-se ainda, que o magistério era próprio para mulheres porque era um trabalho de “um só turno”, o que permitia que elas atendessem suas “obrigações domésticas” no outro período, o que explicava inclusive, o salário reduzido. (DEL PRIORE, 2011:453).

A conquista feminina estava limitada. Os discursos revelam práticas que tratavam de mantê-la à margem da sociedade, lembrando do seu papel de mãe e do lar. Seu profissionalismo era admitido sob circunstância de desvalorização, pois “quase sempre solteira, recebendo menos que os homens, ela é frequentemente nomeada para cargos em lugares distantes, às voltas com a desconfiança” (PERROT, 2008:127).

A manutenção dos discursos e das práticas de desvalorização da capacidade da mulher resultou no seu atraso profissional, afetando sua presença na vida pública, dificultando seu desejo de seguir por caminhos profissionais fora da docência primária:

A construção de um modelo de mulher simbolizada pela mãe devotada e de inteiro sacrifício, implicou sua completa desvalorização

profissional, política e intelectual (...) até muito recentemente os cursos de especialização profissional, técnicos e universitários, estavam praticamente fechados às mulheres, destinados às carreiras de professoras primárias, enfermeiras, no caso das que tinham algum acesso a instrução, e domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas, telefonistas, nas camadas mais baixas (RAGO,1997:65).

1.3 Mulheres nas Ciências

Os registros científicos mostram que ocorreu ao longo da história uma exclusão do gênero feminino em ciências como a medicina, matemática, física e em áreas tecnológicas como as engenharias. Há séculos as mulheres são discriminadas nas universidades. Na França, berço do ideal da igualdade, fraternidade e liberdade, até o ano de 1950 os alunos das universidades francesas poderiam trabalhar na universidade como monitores e após a graduação como docentes, mas as mulheres não eram convidadas para assumir tais cargos profissionais. (SCHIEBINGER,2001). E no Brasil, cuja história do ensino superior é recente, menos de dois séculos, a história das mulheres no ensino superior ainda está por ser conhecida.

Os movimentos feministas foram responsáveis por tentar mudar essa realidade. Na Europa e nos Estados Unidos, as mulheres empreenderam suas lutas a partir da compreensão de que a mulher precisava ocupar mais espaços no mundo masculino, conquistar a igualdade de educação e oportunidades o quanto antes. As mulheres deveriam ser olhadas de outro ângulo e vencer as barreiras que a sociedade estava a impor (SCHIEBINGER, 2001).

Em termos gerais podemos afirmar que o resultado dessa luta por liberdade e igualdade para as mulheres implicaram no questionamento e insurgimento contra valores sociais, culturais, morais, milenarmente estabelecidos, como por exemplo, as determinações de que os valores femininos estavam atrelados a paciência e ao cuidado. Esse estereótipo ensejou as características profissionais para a mulher. Na ciência, ela era colocada com capacidade de fazer um trabalho mais abrangente e sintético, era mais cuidadosa e atenta aos resultados e experimentos. Nesse discurso, há uma problemática, o sucesso feminino ainda

estava ligado ao sexo e não a competência. O que deveria ser mudado para a aceitação feminina na ciência era a cultura.

A ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento em que suas origens foi estruturado para excluí-las (SCHIEBINGER,2001:37).

A propósito de analisar a questão, esse trecho citação mostra um pouco da exclusão a capacidade feminina, pois compreende-se que a mulher é incapaz de estar atuando na ciência. O que deveria ser feito no momento era um trabalho de incentivo que começasse nas escolas primárias através da pesquisa básica, a matemática, a divulgação dos trabalhos de ciência e construção discursiva de que a mulher também consegue ser de grande utilidade em ramos científicos (TABAK,2002), pois:

Dados recentes revelam que as meninas que concluem o segundo grau de ensino continuam candidatando-se, no exame de vestibular, em muito maior proporção, aos cursos considerados "tradicionalmente femininos", nas áreas de ciências sociais e humanas. Uma provável explicação seria a persistência de estereótipos sexuais na educação, ao lado da pressão da sociedade patriarcal ainda existente. (TABAK,2002:182).

A fração feminina estava sendo excluída pela competição entre vida profissional e doméstica, não havia como se concentrar nos dois mundos ao mesmo tempo, a ciência requeria tempo e dedicação exclusiva e as mulheres não estavam em igualdade com os homens. Elas estavam sendo subestimadas. O primeiro passo para mudar essa realidade era provar que em termos biofísicos, o funcionamento cerebral não diferencia homens e mulheres de modo a destingi-los por capacidade cognitiva, inteligência, já que havia uma exclusão nas universidades justificada por uma possível divergência cognitiva entre os dois sexos.

No século XIII algumas mulheres lecionavam na Itália disciplinas como física e matemática, mas os dados científicos colocam que o exemplo mais excepcional foi “a física Laura Bassi, que em 1732 tornou-se a segunda mulher na Europa com grau universitário (depois da Veneziana Elena Piscopia, em 1678) e a primeira a ser agraciada com uma cadeira na universidade por seu trabalho em mecânica.” (SCHIEBINGER,2001:61).

Outra mulher foi admitida como docente na universidade apenas em 1889 em Estocolmo, pois:

As mulheres ingressaram em carreiras modernas na ciência somente após o movimento das mulheres das décadas de 1870 e 1880 as impulsionarem às universidades. Conforme elas gradualmente eram admitidas às escolas de graduação – no século XX um pré-requisito para trabalho sério em ciência- elas entraram em programas de doutorado. Na década de 1920 seu número teve um pico histórico nos Estados Unidos, com mulheres conseguindo 14% dos doutorados nas ciências físicas e biológicas. Entre 1930 e 1960, contudo, a proporção de mulheres doutoras despencou em decorrência do Fascismo, (...) após a segunda guerra os números voltaram a 40%, até que em 1995, 235 das cientistas engenheiras eram mulheres nos Estados unidos. (SCHIEBINGER, 2001:71-72).

As mulheres conseguiram adentrar nas graduações em áreas das ciências e exatas, mas sua admissão era limitada, pois a pós-graduação limitou a presença feminina. Os números colocam que 54% dos concluintes de graduação eram mulheres, no término do doutorado apenas 35% eram mulheres e na formação docente no ano 1995 apenas 11% de mulheres foram admitidas para ensinar nas universidades dos Estados Unidos. (SCHIEBINGER, 2001)

Na América Latina as mulheres que concluíram a graduação em cursos de enfermagem e engenharia civil foi de 80 e 50%, respectivamente, e a admissão delas enquanto profissionais foi de 35 e 23% (TABAK,2002). Alega-se que muitas dessas mulheres, que chegavam a exercer a profissão de docente nas universidades estavam ajudando os maridos em pesquisas e terminaram sendo contratadas, mas seus salários eram 20% menores que os dos homens. (SCHIEBINGER, 2001).

Aqui se faz necessário um debate sobre a discriminação enfrentada pelas mulheres nas ciências e tecnologia, além da diferença de salários e a difícil admissão como profissionais, há uma vigência cultural que alega que uma mulher para vencer na vida tem que ser superdotada, esse fator faz com que elas tenham vidas triplas de profissional, esposa e mãe sem deixar um desses elos sem seu auxílio. (TABAK,2002).

Além disso, as mulheres afirmam que no seu crescimento profissional enfrentaram reações negativas por parte dos homens e que muitos companheiros se sentiam ofendidos se elas ganhassem um salário maior (TABAK, 2002). Outras mulheres dizem que evitam trabalhar com homens por temor de serem envolvidas em rumores sobre encontros sexuais e ainda houve casos de mulheres que para serem admitidas em empregos como professoras universitárias usavam um nome, roupas e cortes masculinos para serem empregadas, como ocorreu na Universidade de Edimburgo, quando Kenneth Manning, depois de se graduar em medicina como James Barry, tornou-se médico nas forças militares, seu sexo não foi descoberto nem após sua morte.(SCHIEBINGER, 2001).

Em 1991, cerca de 40% das mulheres das universidades dos Estados Unidos alegaram ter sofrido discriminação, 39% disseram que eram levadas menos a sério que seus colegas homens. Em 1993 43% das mulheres sofreram discriminação sexual no trabalho e cerca de três quartos foram assediadas ao menos uma vez durante sua formação médica ou por pacientes homens. Das mulheres engenheiras entrevistadas em 1991, foi concluído que diariamente haviam observações sexistas por parte masculina.(SCHIEBINGER, 2001).

Em pesquisas feitas através dos dados do CNPq, no ano de 1992, das 1342 bolsas disponibilizadas para o setor de Física, apenas 381 foram para mulheres, em engenharia, das bolsas ofertadas, 30% eram para mulheres, a exceção de Engenharia de Alimentos que a porcentagem é de 50%. (TABAK, 2002).

Nos cursos de graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro foi constatado que até o ano de 1985 cerca de 18% dos alunos matriculados eram mulheres, em 1990, o numero percentual chega a 21%, nos dados que comprovam a conclusão de curso, os números caem para 12% em 1985 e 15%

em 1990. Enquanto que o número de mulheres no corpo docente não ultrapassou 8% (TABAK, 2002).

Este trabalho traz o levantamento percentual da participação feminina na Escola Politécnica da Paraíba, atual Universidade Federal de Campina Grande, mas antes é necessário conhecer a realidade local e a história dessa Instituição de Ensino.

CAPÍTULO 2

A ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA

2.1 Um passeio pela a História de Campina Grande

Campina Grande é uma cidade historicamente promissora. Pioneira dentro da Paraíba em vários aspectos socioeconômicos. Sem dúvida, a cidade é hoje um referencial socioeconômico devido a participação de seus segmentos sociais no seu desenvolvimento econômico. Dentre esses segmentos destacamos o trabalho de um grupo de pessoas que tinha sede de um futuro próspero, e nessa perspectiva empenhou seu conhecimento, prestígio, energia e Inteligência. Há quem entenda que tal façanha foi possibilitada pela “natureza” própria da cidade, que se justifica na conjunção de elementos espaciais que fizeram e fazem de Campina Grande uma cidade pólo. Certamente cada atribuição acima teve sua responsabilidade no crescimento, expansão e conquistas dessa cidade.

Recapturemos rapidamente os passos e o desenvolvimento de Campina Grande desde sua condição político-administrativa de vila. Inicialmente, o território de Campina Grande foi um povoamento dos índios Arius, trazidos pelo capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo. Tratava-se de um local promissor, com água e boas condições para o cultivo devido às condições climáticas propiciadas pelas características da localização no Planalto da Borborema.

A presença da água no Riacho das Piabas garantiu a sobrevivência do povoado instalado. Mais tarde, por volta de 1829, a existência do Açude Velho,

depois a construção do Açude Novo serviram às necessidades de água da localidade juntamente com o Açude de Bodocongó, em anos subsequentes. A disponibilidade de água foi um fator decisivo para que muitos viajantes decidissem ficar nesse território alçando moradia fixa e constituindo família, conforme ressalta Stênio Lopes³ em seu livro "*Campina, luzes e sombras*".

Campina foi reconhecida como vila em 1766, com aproximadamente três mil habitantes. Seu aumento populacional ocorreu, pois a então vila era um ponto de passagem que atraiu o público pelos benefícios geográficos, mas também pelas trocas comerciais exercidas entre os grupos que por ela passavam. A boa união das trocas comerciais, a agricultura e a água formou o que Stênio Lopes caracterizou como "civilização do interior da Borborema"⁴. A economia em ascensão foi imprescindível para fazer a vila crescer. Nesses tempos, a farinha, por exemplo, não era uma simples mercadoria cultivada para troca, mas aquela que gerou minifúndios e estes foram os responsáveis diretos pelo crescimento de Campina Grande, como afirma Rômulo Lima:

Foram os pequenos agricultores os que, em primeiro lugar, deram importância ao arruamento nascente. Foram eles com seus gajaraus de rapadura e cargas de farinha que constituíram a feira que tanto atraíam os tropeiros, almocreves, mascates e boiadeiros. Foram eles os responsáveis pelo estabelecimento do comércio com o sertão (...) a chamada vocação comercial de Campina Grande é fruto de uma longa e árdua luta entre os antigos latifundiários descendentes dos Oliveira Ledo, e os forasteiros, pequenos agricultores e comerciantes. (LIMA, 2010: 35).

Já naquele momento os negociantes percebiam a tendência de que Campina Grande era um lugar promissor, um local onde o comércio se instalou em pequenos moldes, mas através de confrontos pelo monopólio territorial e

³ José Stênio Lopes foi mais que um educador. Consolidou o ensino profissionalizante em um período difícil nas décadas de 50 e 60, colaborou com a imprensa do Ceará nos Diários e Emissoras Associadas no Pará, onde passou alguns anos, e, especialmente, em Campina Grande, no Diário da Borborema e no Jornal da Paraíba, como editorialista, ajudou no desenvolvimento da Escola Politécnica e foi diretor do SENAI-PB.

⁴ Civilização foi denominado devido a população ter grande desenvoltura e do interior da Borborema devido a localidade da cidade ser no Planalto da Borborema, no interior do estado da Paraíba.

comercial que Campina propiciava. O crescimento cada vez mais rápido do contingente populacional e das atividades econômicas fez com que Campina Grande passasse a categoria de cidade. Foi a sexta nomeação do estado da Paraíba, vindo após o reconhecimento de cidades como Areia, Mamanguape e Souza, porém Campina estava como a mais edificada entre estas.

Dentre tantos acontecimentos, Campina também se destacou por ser um município de poucos escravos, foi palco da sedição de Quebra-Quilos e presenteada em 1888 com a "Gazeta do Sertão"⁵, jornal bem conceituado e responsável por propagar importantes notícias, denúncias e impulsionar o desenvolvimento local.

O crescimento continuou na inauguração da estrada de ferro em 1907, na chegada do primeiro cinema em 1912, do primeiro automóvel em 1914. Tratava-se de uma cidade conhecida pela exportação de algodão, com destaque no mercado algodoeiro mundial. Em 1920 foi contemplada com a luz elétrica e em 1923 ganha uma sede do Banco do Brasil (Lima, 2010).

Até 1930, ano decisivo do processo de mudanças políticas cujo tensionamento resultou na chamada Revolução de 1930⁶, marco de significativas reformas ocorridas no país, a cidade foi afetada pelas mudanças políticas nacionais e estaduais.

Em 1935, com mais estabilidade, a cidade já tinha uma camada social construída que prezava por políticas de modernização, pois, recebendo os flagelados da seca⁷ juntamente com toda a circulação de pessoas que as atividades comerciais exigiam, gerou o aumento da população e o crescimento da cidade não acompanhou essa expansão demográfica. Nesse contexto, o então prefeito de Campina Grande, Vergniaud Wanderley⁸, projetou uma

⁵ A Gazeta do Sertão, um dos jornais mais famosos da cidade de Campina Grande, foi fundada por Irineu Joffily e Francisco Retumba, com o primeiro número circulando na cidade em 01 de agosto de 1888. Na primeira fase da Gazeta do Sertão, o jornal era político, fato este que acabou culminando em seu fechamento pelo primeiro governador (presidente) da Paraíba, Venâncio Neiva

⁶ Foi um movimento de revolta armado, ocorrido no Brasil em 1930, que tirou do poder através de um Golpe de Estado, o presidente Washington Luiz. Com o apoio de chefes militares, Getúlio Vargas chegou à presidência da República.

⁷ Como ficaram conhecidos os sobreviventes que migravam de suas cidades em busca de outra localidade para morar devido a pobreza e a falta de condições que a seca proporcionava.

⁸ Foi prefeito da cidade por duas gestões, a primeira de 1936 a 1937 e a segunda de 1940 a 1945. Responsável por um grande plano de urbanização em Campina Grande, transformando

grande reforma na cidade, abrindo as portas para a *urbs* em crescimento rumo à modernização. Todo esse crescimento é bem relatado por Stênio Lopes ao citar Epaminondas Câmara, afirmando:

O comércio consolidou-se com o advento do automóvel. Os caminhões substituíram não só as carroças de bois, mas também as tropas de burros que, às centenas, entravam diariamente na cidade. Desenvolveu-se o mercado por atacado que, aos poucos, foi se localizando na rua das Areias. A indústria local também tomou incremento com o fabrico de camas de ferro, malas, sabão, móveis, redes e etc e com as usinas hidráulicas de pensamento de algodão. Fundaram-se na cidade centros desportivos e dançantes. Desapareceram as lapinhas, os pastoris, as fogueiras de São João, as derrubadas de gado, os bois de carga, as conduções de cadáveres em redes, as brigas de espadas etc, etc. (LOPES, 1989:103).

As reformas de 1930 garantiram maior crescimento a Campina Grande. Crescimento este que foi visto na estruturação da cidade com o aprimoramento da modernização, bem como no fortalecimento do campo industrial já existente e também com novas implantações de fábricas, como coloca Stênio Lopes. Outro aspecto importante a se destacar se refere a política local, que desde muito cedo foi caracteristicamente marcada pela rivalidade entre os grupos e presenciou muitos embates de grupos políticos que por hora beneficiavam a cidade, mas por outro prejudicava seu desenvolvimento. Até que a cidade toma novo impulso a partir da década de 1950 com o aceleração de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, pois muito ainda carecia ser feito para a cidade ser chamada de grande, como fiz Irenêo Joffily:

O qualificativo de -grande-, que tem esta cidade, tem sido até hoje somente uma aspiração: faz-se preciso que a nossa administração municipal o torne uma realidade, empregando todos os meios ao seu alcance. (Gazeta do sertão – 1889).

principalmente o centro da cidade, modernizando-o, já que a cidade estava em constante crescimento.

Campina Grande possuía uma necessidade de organização, e começou os anos cinquenta com a obrigação de preencher as lacunas existentes, pois a cada dia “os letrados a colocavam como mais próspera de maior ascensão e de tanto ser colocada assim, sua caracterização perdeu sua característica adjetiva para ser uma afirmação substantiva” (Do Ó, 2006:26).

As novas reformas fizeram com que a ala de saúde da cidade ganhasse o Hospital do Ipase (Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado) e a reforma de outras unidades já existentes como o Hospital D. Pedro I. Ainda na esteira das reformas e ações modernizadoras, a cidade sediou o primeiro Encontro de Bispos do Nordeste, em 1956, em uma grande organização que resultou em momento histórico da inserção da região Nordeste na agenda de planejamento e políticas públicas do Governo Federal para o Nordeste e, especificamente, na decisão de o Governo Federal contribuir decisivamente para a solução da escassez de água para a cidade. Foi no primeiro Encontro de Bispos do Nordeste que os políticos e demais segmentos organizados da cidade de Campina Grande solicitaram a construção do Açude de Boqueirão e obtiveram o compromisso do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek⁹ de atender ao pedido.

Mas o setor que recebia a maior atenção da cidade foi o industrial, que para Alarcon Agra do Ó, “teve o seu lugar privilegiado em todos os sentidos, em que a realidade de Campina Grande era a de uma cidade cuja máxima potência ordenava uma modernização incontrolável, que muito beneficiou esse setor” (Do Ó, 2006: 19).

Os destaques industriais estavam nas indústrias de cimento, couro, peles, bebidas, fibras, algodão, extração, metalúrgica, mecânica, refinação, dentre outras. Esse crescimento despertou o interesse para a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), que em 1949 estava instalada na cidade e além de ajudar no crescimento industrial local ainda abriu margem

⁹Conhecido como JK, foi prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), governador de Minas Gerais (1951-1955), e presidente do Brasil entre 1956 e 1961. Sua contribuição para a cidade de Campina Grande foi a construção do Açude de Boqueirão que até hoje mantém o abastecimento de água da cidade.

para o SENAI¹⁰ e mais tarde para o SESI¹¹, órgãos responsáveis por grandes mudanças e projetos na cidade. Outras ações e empreendimentos foram se efetuando e consolidando a partir de então, mas havia uma inquietação no tocante à questão educacional da cidade, visto na falta do ensino superior.

Campina Grande tinha um crescimento incomum à realidade da região, um dinamismo econômico comparado às capitais importantes do Nordeste. Possuía um segmento intelectual atuante e fortemente engajado nas discussões e proposição de políticas e soluções para os problemas da cidade. Desse grupo surgiu a vanguarda e liderança para solução de um problema identificado pela elite: a criação de instituições de ensino superior de qualidade na cidade. Devido a falta de instituições de ensino superior em Campina Grande, os jovens saíam para estudar em outras regiões.

Por outro lado, o crescimento econômico e industrial requeria mão-de-obra qualificada no âmbito local e nacional. Daí o surgimento da proposta, logo transformada em projeto político para o crescimento econômico e fortalecimento cultural da cidade: a criação de uma instituição de ensino superior na área das engenharias.

A educação estava então em ascensão no Brasil, como afirma Alarcon do Ó“(...) a educação, naqueles anos, estava sendo construída como um espaço privilegiado para a consecução de desejos” (Do Ó, 2006:14). Nesse caso particular, o desejo de uma elite que se queria grande, transformando a cidade de Campina Grande ainda mais dinâmica em termos econômicos e fortalecendo setores críticos como, por exemplo, o da educação superior.

Tratava-se de uma aspiração para esse segmento campinense – profissionais liberais, intelectuais, comerciantes e/ou empresários que ansiavam pelo fortalecimento de seus espaços de atuação e poder, ao mesmo tempo que precisavam expandir suas possibilidades de atuação. Muito já fora feito pela cidade Rainha da Borborema; grandes avanços em todos os setores,

¹⁰O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial é uma instituição privada brasileira de interesse público, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, está fora da Administração Pública. Compõe o chamado Terceiro Setor.

¹¹ Serviço Social de Indústrias, possui ações educativas e sociais para a comunidade.

mas faltava o ensino superior para o coroamento do projeto local de progresso e desenvolvimento socioeconômico.

A partir das ações do segmento – que aqui estamos chamando de intelectual, quatro escolas superiores foram criadas: a Faculdade de Filosofia (1955), através da Diocese de Campina Grande, uma Escola de Serviço Social (1958), ligada a Congregação das religiosas de São Vicente de Paulo, a Escola Politécnica da Paraíba (1952), e a Faculdade de Ciências Econômicas (1959).

2.2 O contexto histórico em que surge a Escola Politécnica

Em 1950, Campina Grande estava entre os dez municípios de maior desenvolvimento na Paraíba, de acordo com Edvaldo do Ó, passou por mudanças bruscas ao longo de sua caminhada em busca do crescimento, como já visto anteriormente, era a cidade da indústria, do trabalho e da expansão. Em um local assim é grande o fluxo de pessoas com visão desenvolvimentista, uma vez que passaram por experiências em outras localidades que eram diferentes das que a cidade de Campina Grande proporcionava. Essas pessoas faziam parte de um grupo que foi batizado de “Elite intelectual da época”.

Todavia antes de conhecer essa formação é importante indagar o porquê de construir uma Escola de engenharia em Campina Grande? Uma Escola de Nível Superior era o que faltava para completude da cidade em todos os ramos, as capitais mais abastadas como Pernambuco, Bahia, e até João Pessoa já contavam com a “dádiva” do ensino superior. Enquanto em Campina, para se cursar o ensino superior, se tinha que sair da cidade em busca de instituições nas capitais, o que era custoso e provavelmente foi um obstáculo para a formação dos jovens.

A escolha da engenharia foi algo estratégico, pois a Rainha da Borborema era a localidade das indústrias e um curso de engenharia química viria a acrescentar nas produções, assim pensavam os intelectuais, mas ao lançar a proposta ao Governo do Estado, após muitas reuniões foi decidido que a engenharia civil seria de maior importância, mais estratégico para o

crescimento da cidade e de mais fácil de criação pelas disponibilidades do Estado, essa realidade foi bem colocada por Valmi Torres, no seguinte trecho:

O que nos leva a afirmar que a existência dos Laboratórios de Solos e Concreto do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a dos Departamentos Nacionais de Estrada de Ferro e de Rodagem, como também a dos engenheiros independentes da cidade seria um fator positivo para a aceitabilidade dessa proposta, pois como na época não existia obrigatoriedade de tempo integral do corpo docente, os engenheiros egressos desses laboratórios poderiam lecionar na Escola Politécnica o que facilitaria ainda a possibilidade dos mesmos levarem os alunos a desenvolver atividades nesses laboratórios. (TORRES, 2010: 38).

O empenho e o desejo eram tamanhos por essa realização que pouco haviam se preocupado com as possíveis dificuldades a serem enfrentadas com o próprio Governo do Estado, administrado por José Américo de Almeida (1950-5196), o Governo Federal, sob a gestão do presidente Getúlio Vargas e com as instalações da Escola. A questão primordial era fundar o mais rápido possível uma instituição de nível superior na cidade. Nesse sentido, foram realizadas cerca de oito reuniões, onde debates ocorreram entre representantes do Governo do Estado e representantes da elite Intelectual da época, que a partir desse momento seriam chamados de idealizadores da Escola Politécnica da Paraíba (LOPES, 1989:95).

Nos anos de 1951 a 1956 o Governo do Estado da Paraíba estava sob comando de José Américo de Almeida. Seu governo deu muitos incentivos a educação e foi parte importante na realização desse anseio das elites campinenses. José Américo de Almeida foi quem deu o aval para construção da Escola Politécnica. Os atrasos foram financeiros e o bairrismo que existia pela competição entre Campina Grande e a capital João Pessoa (LOPES, 1989). No contexto nacional estávamos na eleição de Getúlio Vargas e em meio a um governo marcado pelo populismo, esses fatores influenciaram na

luta pela educação superior na cidade de Campina Grande, abrindo portas e contatos para efetivar essa empreitada.

2.2.1 Os idealizadores da Escola Politécnica

Uma longa jornada foi traçada a partir de então por personalidades que unidas fizeram realidade criação e efetivação de um sonho. Para melhor compreender essa história, faz-se necessário saber um pouco dos caminhos traçados por esses idealizadores.

O primeiro nome que citarei destacado foi o do primeiro diretor da Escola Politécnica, Antônio da Silva Morais. Este foi uma personagem de grande destaque, conforme apresentaremos a seguir. Nascido em 13 de maio de 1916, na cidade de Garanhuns, interior do Estado de Pernambuco, chegou a Campina Grande em meados da década de 1940. Veio para trabalhar no Laboratório de Produção Mineral, tornando-se, em menos de dois meses, chefe desse Laboratório. Por exercer um cargo de importância na cidade fez importantes contatos e amizades com políticos e com a elite local. Indicativo de seu trânsito junto as elites políticas e intelectuais campinenses foi o reconhecimento de seu prestígio na cidade. Daí o convite e o engajamento que lhe foi possibilitado para participação nos debates sobre a fundação da Escola Politécnica, e quando criada essa instituição, sua indicação para dirigi-la. Desempenhou o cargo de diretor da Escola Politécnica. Tendo sido o primeiro diretor da Escola Politécnica da Paraíba, no período de outubro de 1952 até (outubro) de 1963. Além desse cargo, Antônio da Silva Morais também foi diretor da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e Técnica (FUNDACT)¹² por meio de um convite do prefeito da época, Elpídio de Almeida¹³.

¹²A FUNDACT foi criada na segunda gestão do prefeito Elpídio de Almeida, que tinha, entre seus objetivos, o de promover o desenvolvimento do ensino superior na cidade. Após ter sido decisiva para o sucesso da Escola Politécnica. Edvaldo de Souza do Ó, Lopes de Andrade, na gestão do prefeito Williams Arruda, através da lei municipal nº 23, de 15 de março de 1966, transfere o patrimônio e renda da Fundação para a Universidade Regional do Nordeste. Assim a FUNDACT deixa de existir, ficando em seu lugar a Fundação Regional do Nordeste. Tendo sido transformada em 11 de outubro de 1987, pelo então governador da Paraíba, Tarcísio de Miranda Buriti. Deixando de ser a Universidade Regional do Nordeste (FURNE) para

É exercendo o cargo no Laboratório de Análises Mineraias que Antônio Moraes conheceu o engenheiro José Marques de Almeida Júnior, então engenheiro técnico do Laboratório de Produção Mineral, membro de família tradicional da cidade de Areia. José Marques de Almeida Júnior foi também fundador da Politécnica e um dos articuladores políticos para a concretização desse projeto político. Zezé Marques, como ficou chamado, nasceu em outubro de 1917 em uma família de posses no estado de Pernambuco. Sua família possuía uma fábrica de óleo naquele estado, onde cursou Engenharia Química na cidade de Recife e após concluir o ensino superior tomou posse como administrador de parte do legado da família.

Zezé Marques decidiu então trazer uma dessas fábricas da família para Campina Grande e nessa nova cidade construiu uma identidade de prestígio e respeito; além disso, era atuante nos debates calorosos a respeito do desenvolvimento da cidade e por isso foi convidado por José Américo de Almeida¹⁴ para ser diretor do recém-criado Colégio Estadual da Prata¹⁵. Cargo que recusou mesmo diante das dificuldades financeiras, pois desenvolvia muitas atividades na produção mineral. Foi nesse momento de sua trajetória que surgiu a campanha da fundação da Politécnica, como afirmou em entrevista concedida ao Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande:

Então fui professor do colégio estadual, trabalhava na produção mineral de dia, e de noite fui escolhido Zé Américo o vice-diretor, o diretor era de dia e o vice-diretor dava expediente à noite. Ai veio essa campanha da Politécnica e me incorporei a essa campanha, fazendo parte dessa comissão e ajudando até o começo. (ALMEIDA JÚNIOR, 2004).

transformar-se em Universidade Estadual da Paraíba, reconhecida pelo Conselho Federal de Educação em 1996. Maior informação ver: LOPES, Stênio de Lucena. **Campina: Luzes e Sombras**. Campina Grande: s/editora, 1989. Outros autores que trabalham com essa informação: Fundact. São eles: José Valmi Oliveira Torres (dissertação de mestrado); Rômulo Araújo (tese doutorado); Damião de Lima (dissertação mestrado).

¹³ Elpídio Josué de Almeida foi eleito prefeito de campina grande para duas gestões. A primeira foi entre os anos de 1947 a 1951 e a segunda foi de 1955 a 1959.

¹⁴ Governou o Estado da Paraíba entre os anos de 1951 a 1956.

¹⁵ Foi o colégio de maior competência na cidade de Campina Grande no ensino médio, por muito tempo foi o único a ofertar o ensino nessas séries.

Apesar de serem pernambucanos, as duas personalidades Antônio Morais e José Marques gozaram de renome na cidade de Campina Grande. Participaram como autores nos projetos de crescimento local e trabalharam para melhor servir o município. O que pode ser constatado em outro momento da história da Politécnica, quando foi José Marques o responsável pela escolha dos professores do Colégio Estadual Elpídio de Almeida (Estadual da Prata), como ele mesmo frisa ainda em seu depoimento:

Quando Zé Américo estava inaugurando o Colégio Estadual da Prata, chamou o político da ocasião, o Severino Cabral¹⁶, e disse: você vai escolher todos os professores do colégio. Aí ele procurou o Deputado Federal Plínio Lemos¹⁷ para ajudar na escolha. Plínio disse: você peça a Zezé Marques que lhe ajude nessa escolha. Então fui a Cabral e disse: “Bom, escolho o pessoal melhor, mas o senhor não tem o direito de vetar nenhuma pessoa que eu escolher!”. Ele concordou, e assim escolhi todos os professores. Depois Cabral levou a lista para Zé Américo e ele nomeou todos. (ALMEIDA JUNIOR, 2004)

Além desses dois cidadãos, outro destaque para a fundação da Escola Politécnica foi Edvaldo Souza do Ó. Nascido em Junho de 1929, era natural da cidade de Campina Grande, veio de uma tradição familiar rica e de bons costumes. Era um grande comerciante de algodão na década de mil novecentos e quarenta, tinha uma tradição de leitura e uma visão de progresso peculiar à época, era um homem de negócios, mas, sobretudo, um empreendedor.

Foi nomeado Secretário da Educação do Município de Campina Grande por Elpídio de Almeida, foi ainda quando estudante presidente da União Universitária Campinense. Experiências e cargos envolvidos diretamente na articulação para a fundação da Escola Politécnica. Edvaldo Souza do Ó esteve associado também a outros órgãos importantes da época, como frisa Valmi Torres:

¹⁶ Foi prefeito de Campina Grande de 31/11/1959 a 31/11/1963.

¹⁷ Foi deputado da Paraíba em 1945 após ser capitão de Batalhão na Revolução de 1930 e ocupação de cargo no Ministério da Viação no mandato de José Américo.

No momento que antecede a criação da Escola Politécnica, fora fundada a União Universitária Campinense, onde Edvaldo se torna presidente. A entidade com o apoio da Associação de Professores Secundaristas e do Centro Estudantil Campinense pleiteava a criação de escolas superiores. Porém, como podemos ver em pronunciamento do então Deputado Federal da Paraíba, Evaldo Gonçalves de Queiroz em Sessão de 24/04/1993, na Câmara Federal, Edvaldo, além de estar envolvido nos debates de criação da Escola Politécnica, tinha seu nome relacionado a várias outras iniciativas que pensou e ajudou a fundar em Campina Grande, entre estas se destacam. Na década de cinquenta do século passado, Edvaldo de Souza do Ó, pensou e ajudou na criação da primeira sociedade de economia mista do país, destina à exploração dos serviços d'água e esgoto, a SANESA – Saneamento de Campina Grande S.A., da qual se tornou Diretor, ao lado de Lynaldo Cavalcanti, Lopes de Andrade, dentre outros. Posteriormente, Edvaldo do Ó, na administração do prefeito Williams Arruda de 1964 a 1969, além da Fundação Regional do Nordeste, cuidou também da industrialização, criando a CINGRA – Companhia Industrial de Campina Grande; a TELINGRA – Companhia de Telecomunicações de Campina Grande; a CELB – Companhia de Eletricidade da Borborema. Mais tarde ainda, já na década de 1970, cria a Bolsa de Mercadorias da Paraíba, com sede em Campina Grande. (TORRES, 2010:45).

Edvaldo Do Ó contou com a ajuda de José Lopes de Andrade, natural da cidade de Queimadas e originário de uma família pobre. Nasceu em Julho de 1914, e ganhou fama por ter sido secretário do prefeito Vergniaud Wanderley, durante os anos de 1950, com José Américo a frente das forças políticas do estado foi nomeado para chefiar a Casa Civil.

Viabilizou a construção de várias escolas de ensino superior do estado, mesmo não tendo concluído o ensino superior, participou da criação da Escola Politécnica, mas também cria a Escola Técnica do Comércio, assessorando a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. Lecionou na Escola que ajudou a criar, a Politécnica, bem como na Faculdade de Filosofia de Campina Grande. Participou, juntamente com Edvaldo de Souza do Ó, da criação da

SANESA¹⁸, da Faculdade de Ciências Econômicas, mais tarde incorporada à Universidade Federal da Paraíba, onde tornou-se diretor. Também ajudou a efetivar a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica, da Fundação Regional do Nordeste, como explica Valmi Torres.

Além desses, há outros dois nomes de grande importância no crescimento da Escola Politécnica, bem como de Campina Grande. Ambos não foram fundadores, mas colaboradores futuros, o primeiro aqui a ser destacado é José Stênio de Lucena Lopes, natural de Picuti, estado do Ceará. Nascido em 1917, estudou em um seminário de padres lazaristas em Minas Gerais até concluir que não tinha vocação e voltar ao Ceará, trabalhou em um jornal, ofício que assumiu ser um desastre. Também trabalhou como auxiliar de escritório para o Ministro da Agricultura do Ceará. Prestou concurso para o cargo de inspetor regional de ensino, tendo sido professor no Crato por volta de 1939, até que o cunhado foi nomeado diretor regional do SENAI¹⁹ e Stênio Lopes foi em 1954 trabalhar junto ao parente. Em 1957 foi convidado para dirigir o SENAI da Paraíba, função que dirigiu com competência e ajudou como diretor do SENAI a a Escola Politécnica, em todos os auxílios solicitados. Stênio se tornou mais tarde professor da Escola Politécnica, onde lecionava língua portuguesa. Outra função muito importante de sua carreira foi quando recebeu o convite para supervisionar o Diário da Borborema²⁰. Stênio Lopes além de Diretor do Senai, professor da Escola Politécnica e articulista do jornal Diário da Borborema, era também escritor. Em sua juventude, participou de importante movimento de vanguarda literária no Ceará, Era um intelectual de formação consistente.

O segundo foi Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, o mais jovem de todos. Nascido em 1932, de uma família de classe média campinense, mas que passou por dificuldades em sua formação devido a morte de seu pai e a perda do patrimônio familiar por falta de gestão. Sua mãe, já viúva, trabalhava em encomenda de bolos para as famílias ricas de Campina Grande e desse

¹⁸ Órgão responsável pelosaneamento da cidade de Campina Grande, criada em 1954, atuou juntamente com a CAGEPA (Companhia de Águas e esgotos da Paraíba).

¹⁹ SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial foi criado por Getúlio Vargas em 1942. A Paraíba foi aclamada com uma de suas sedes na cidade de campina Grande em 1949.

²⁰ Jornal fundado na cidade de Campina Grande em 1958.

modo possibilitar a formação superior de Lynaldo, em Engenharia Civil, no Recife, já que a Paraíba não dispunha do ensino superior.

No retorno a Campina Grande, Lynaldo participa da articulação de criação da FUNDACT²¹, é nomeado secretário de Obras Públicas, convidado para ser professor da Escola Politécnica e é a partir de então que sua dedicação e competência o levam a assumir o cargo de diretor dessa Instituição de Ensino, como afirma Valmi Torres:

Todavia, após o retorno a Campina Grande, havia tomado posse o Dr. Elpídio de Almeida, que através de amigos, a exemplo de Edvaldo do Ó, como também de uma de suas irmãs que era amiga da família do prefeito, recebe o convite para ser Secretário de Obras Públicas, que na época chamava-se de Diretoria de Viação e Obras Públicas. Como secretário do então prefeito, se articula com Lopes de Andrade, Edvaldo de Souza do Ó, convenceram Elpídio de Almeida para criar a FUNDACT, com o objetivo de ajudar na consolidação do ensino superior, passando também a fazer parte do Conselho Diretor dessa Fundação. Concomitante ainda com os trabalhos de engenheiro na prefeitura e com a participação na referida fundação Lynaldo iria ampliando cada vez mais seu espaço de atuação, pois em 1957 foi convidado por Antônio Moraes para ministrar a Cadeira de Concreto Armado e Estabilidade das Construções na Escola Politécnica. Lecionando, Lynaldo em apenas um período de cinco anos já estaria participando de uma eleição como vice-diretor dessa instituição, sendo ainda um candidato de consenso em 1962. Era uma eleição no mínimo curiosa, uma vez que o diretor iria depois de certo tempo, fundar o Instituto de Química em João Pessoa, sendo nesse momento que Lynaldo daria início a uma grande guinada em sua vida. Foi através dessa administração bem sucedida, que Lynaldo Cavalcanti deu visibilidade e projeção aos cursos de engenharia que estavam sendo ministrado na Escola Politécnica, uma vez que a pós-graduação era ainda uma coisa inédita naqueles tempos no Nordeste e porque não dizer no Brasil. Com o termino de sua gestão à frente da Escola Politécnica, Lynaldo Cavalcanti, ocuparia ainda outros cargos importantes na esfera

²¹ Fundação para o Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia

estadual e federal, vindo a se tornar reitor da Universidade Federal da Paraíba, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dentre outros. (TORRES, 2010: 48).

A partir dessa breve apresentação é possível perceber que a Escola Politécnica foi fruto de um intenso trabalho de pessoas que lutaram por um ideal em comum, que após se conhecerem nas rodas de conversas e debates se identificaram com projetos de desenvolvimento, se uniram por esse um ideal maior, e em nome do progresso que uma escola de nível superior poderia trazer para a cidade realizaram um dos mais importantes acontecimentos da história de Campina Grande a Escola Politécnica da Paraíba, origem da cidade hoje polo educacional do Estado e um dos mais significativos polos educacionais do interior do Nordeste.

2.3 A Fundação da Escola Politécnica da Paraíba

Durante o governo de José Américo de Almeida, Campina Grande, já passava dos cem mil habitantes, realizava negócios comerciais com mais de quatro estados, estava em transformação econômica com a implantação de indústrias, o que ocasionou a troca de matéria prima. Foi nessa movimentação socioeconômica que houve o florescimento das atividades culturais.

No ano de 1951 na Paraíba, já existiam três faculdades, a Faculdade de Ciências Econômicas (1947), a faculdade de Direito (1951), Faculdade de Medicina (1951), além da Escola de Agronomia (1936) sediada em Areia.

Falava-se que cursos de ordem superior seriam implantados na Paraíba, bem como maior incentivo no ensino escolar e por tamanhos motivos já mencionados neste capítulo, Campina Grande competia ser a sede de uma escola de ensino técnico-profissional de nível superior (Do Ó, 1994:13). Foi nesse momento que a União Universitária de Campina Grande, liderada por Edvaldo do Ó reivindicou que esta fosse implantada na Rainha da Borborema:

Entendia a União Universitária, que Campina Grande, pela sua projeção social e econômica, com profundas repercussões no resto do país, tinha direito, já

naquela época, de realizar uma campanha de promoção das suas elites dirigentes, através da criação, de escolas universitárias, destinadas à formação profissional e aprimoramento intelectual de sua juventude, com aproveitamento das vocações que mais se destacassem para o exercício das profissões liberais. (Do Ó, 1994:13).

A criação de escolas superiores na cidade de João Pessoa fez com que houvesse reivindicações em Campina Grande. Os custos da movimentação foram efetuados por doações, uma delas foi feita pelo Cinema Capitólio e o Babilônia, que cobraram taxas extras em prol de ajudar a causa, além do apoio da Rádio Borborema no programa "A Crônica do Dia", que chamava toda a população a ajudar e apoiar a causa na reunião que seria feita para formalizar a campanha que pedia o auxílio para implantação do ensino superior, apelo este que se deu nestas palavras:

Somos uma comuna eminentemente politizada. Nosso povo manifesta suas tendências, sempre, em praça pública. Não somente pelos arroubos festivos dos comícios e das manifestações em massa, como também, em trabalho efetivo que se traduz no auxílio de cada um a quantas campanhas se iniciem, a quantas ideias se aventem, a quantas obras se proponham realizar (...) Tomo sentido excepcional, por isto mesmo, a reunião será hoje à noite, para estudo da campanha para fundação dos cursos superiores nesta cidade, não será uma assembleia sem significação, mostrará a índole de nossa gente, que, como se disse, sabe querer, e quer com vontade de trabalhar. Teremos ali, a manifestação da vontade campinense, do homem das ruas, comum e sem parcela do poder governamental; teremos o professor e o universitário; (...) e temos fé de que dessa conjugação de esforços, nascerá o caminho certo capaz de trazer as escolas superiores para servir, não somente a Campina, como também a população de toda a vasta zona. (Artigo de Osmael Lacet para a Crônica do Dia- Agosto de 1952).

UNIÃO UNIVERSITÁRIA CAMPINENSE

1a. Quinzena do mês de Setembro

Recebemos a taxa universitária dos cinemas:

CAPITÓLIO		BABILONIA	
Dia	1 — Cr\$ 166,00		Cr\$ 87,90
	2 — 99,50		113,30
	3 — Sessão Popular		Sessão Popular
	4 — 202,50		109,30
	5 — 139,50		143,00
	6 — 254,50		193,50
	7 — 270,50		247,00
	8 — Cia. de Comédias Barreto Júnior		240,30
			100,00
	9 — Idem		86,00
	10 — Idem		119,00
	11 — Idem		169,50
	12 — Sessão Popular		187,50
	13 — 253,50		205,50
	14 — 238,50		74,50
	15 — 206,00		
TOTAL:	Cr\$ 1.830,50	TOTAL:	Cr\$ 2.079,50

Amir Gaudencio

VISTO
Edvaldo de Souza do Ó — Presidente

Director das Finanças

OBS.: Todos os comprovantes dos recebimentos acima encontram-se com o Director das Finanças, estando à disposição de pessoas interessadas.

A DIRETORIA

O REBATE 09 de outubro de 1953

Prestação de contas das cotas recebidas pelos cinemas para campanha da União Universitária lançadas no Jornal o Rebate em 1953

A campanha se tornou uma movimentação de larga extensão e seriedade, uma solicitação foi encaminhada ao governo do estado pedindo a implantação das Faculdades de Economia, Química Industrial, e Filosofia. Por orientação do chefe da Casa civil, José Lopes de Andrade, seria mais viável a criação de uma Escola Politécnica que uniria os cursos de Engenharia juntamente com o de Química Industrial, pedindo a implantação deste último curso devido à produção mineral na cidade.

Uma reunião entre membros do Governo do Estado e os colaboradores campinenses ocorreu para debater a possibilidade de execução do pedido, logo em primeira instância a hipótese de uma escola de química foi descartada, seria mais viável uma escola de caráter técnico-científico, assim uma Escola

Politécnica deveria ser criada e começaria com a implantação do curso de Engenharia Civil, essa ideia foi aceita com unanimidade. Estava a partir de então encaminhada a proposta definitiva do que a cidade de Campina Grande deveria receber, mas outra reunião de negociação estava para ocorrer com os técnicos do estado.

Esta outra reunião ocorreu na Associação Comercial de Campina Grande, durante a negociação foi proposto pelos representantes técnicos do Estado a implantação de escolas do ensino médio, mas foi rebatido que Campina Grande já era sede do SENAI, que fornecia cursos técnicos profissionalizantes, a prioridade deveria ser o ensino superior. Assim posto, após mais negociações os técnicos saíram entusiasmados com as propostas e as condições que a cidade em questão oferecia, aprovando assim a análise técnica e encaminhando para José Américo, como coloca Edvaldo Do Ó na sua obra *Politécnica: Primeira Escola de Campina Grande*, agilizou para que fosse sancionada a lei oriunda do poder legislativo que efetivava a criação de uma Escola Politécnica na Paraíba com sede em Campina Grande e esta começaria oferecendo o curso de Engenharia Civil pela Lei número 792 no dia seis de outubro de 1952 com publicação no Diário oficial no dia nove de outubro de 1952, como mostra a documentação de fundação que está no primeiro livro do Arquivo Geral da UFCG.

2.4 Os Primeiros Passos da Escola Politécnica da Paraíba

O desejo foi realizado, os campinenses seriam contemplados com o ensino superior, porém muito trabalho deveria ser feito até o funcionamento da Escola Politécnica. O primeiro passo a ser dado era procurar uma sede de funcionamento, após muitas hipóteses, ficou decidido que o Colégio Estadual Elpídio de Almeida poderia disponibilizar a ala esquerda do térreo para o funcionamento, uma vez que ainda em início de sua atividade de ensino, disponibilizava de espaço livre.



Colégio Estadual

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA - BRASIL

Sede do Colégio Estadual Elpidio de Almeida (Estadual da Prata)

Em 1953 uma reunião foi marcada no dia cinco de junho para decidir quem seria o primeiro diretor da Instituição de Ensino, nessa mesma data ficou acordado que Antônio da Silva Moraes ocuparia esse cargo, ainda nesta reunião foi sancionado os contratos dos primeiros professores da Escola Politécnica, chamada de Poli pelos seus então idealizadores, fundadores e funcionários. O segundo passo foi o aval federal para o funcionamento, este decreto federal com a autorização de legalização que saiu em julho de 1953.

De acordo com as documentações do Arquivo Geral da UFCG, o primeiro vestibular ocorreu no ano de 1954, onze homens foram aprovados para cursar Engenharia Civil e deveriam se organizar para o início das aulas que ocorreram em março do mesmo ano. Nesses termos, a Poli funcionaria até o ano de 1956 quando um novo prédio para suas instalações deveria ser encontrado, pois a demanda de alunos tanto do ensino superior quanto colegial já ultrapassava os limites da sede do Colégio Estadual da Prata, bem como, uma escola de nível superior já reconhecida e em ascensão não poderia estar no mesmo local que era ministrado o ensino escolar.

Um pedido foi encaminhado para Dumerval Trigueiro, então Secretário de Educação do município de Campina Grande, nesse havia o apelo de uma nova

de Tecidos de Rio Tinto. Essa empreitada garantiu a economia financeira e aquisição da produção de mais equipamentos para a Poli, para que com pouco mais de um ano a sede principal, hoje denominada de “Hall das Placas” estivesse definitivamente concluída e desta maneira, a Escola Politécnica da Paraíba tinha uma sede definitivamente sua e com roupagem de ensino superior como as outras escolas superiores do Nordeste.



Prédios da sede definitiva da Escola Politécnica da Paraíba em construção à frente estão os alunos de Engenharia Civil -1961 Acervo do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande

instalação física. Após analisar as necessidades, Dumerval aceitou doar o prédio onde funcionava o Grupo Escolar Solón de Lucena na Avenida Floriano Peixoto no centro da Cidade, mas seria uma doação a longo prazo, devido ao fato de que uma nova sede haveria de ser construída para o grupo e assim o “antigo” prédio poderia ser repassado para a Poli, como explica José Marques em entrevista:

Depois da fundação procurou-se o lugar onde seria instalada a Escola Politécnica. O Colégio Estadual da Prata tinha sido recentemente construído e inaugurado, uma ala do colégio foi cedida para que se instalasse a Escola Politécnica. Lá mesmo foi feito o primeiro vestibular, e começou a funcionar a Poli. Posteriormente verificou-se que esta ala era pequena para seu funcionamento e procurou-se Durmeval Trigueiro que, na época, era o Secretário de Educação do Estado. Ele cedeu o grupo escolar Solón de Lucena, na rua Maciel Pinheiro em Campina Grande, para que se transportasse a Escola Politécnica do colégio estadual para esse grupo escolar. (Júnior, 2004)



Escola Politécnica da Paraíba no prédio da antiga reitoria da Universidade Estadual da Paraíba. Identificados na foto Luis Eduardo, Mauro Diogenes -1957

A questão foi resolvida por um tempo, mas a procura de um terreno para a construção da sede definitiva continuava. Havia um lote que foi englobado a propriedade da FUNDACT²², onde funcionava a granja do Batalhão do Exército no bairro de Bodocongó, o diretor desse órgão mantinha contato com os idealizadores da Escola Politécnica, alguns, como Antônio Moraes participavam dos dois órgãos. Desta maneira, foi acordado que haveria uma permuta, o prédio onde funcionava o grupo Solon de Lucena, segunda sede da Poli, seria trocado pelo terreno em Bodocongó; e assim foi feito, em 1958 esta troca foi documentada.

A Poli tinha então uma sede definitiva e espaçosa, o próximo passo seria a sua construção. Não havia tempo a se perder, um concurso foi lançado para que profissionais projetassem o prédio da Escola Politécnica, seria uma forma de incentivar o público para participar da criação e divulgar a nova fase que a

²² Fundação para o Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia

Poli estava vivendo. Ao mesmo tempo em que esse concurso era feito, um escritório técnico de construção foi montado, nele, José Marques de Almeida era o chefe, Lynaldo Cavalcanti ficou encarregado do setor técnico e Max Hans (Professor da Politécnica) como encarregado de obras; este trio foi incumbido de ir em busca de doações para ajudar na empreitada.

O público, por sua vez, não negou ajuda para colaborar com esse sonho e desta maneira, o escritório foi montado à base de doações, entre tantas, a Livraria Pedrosa cedeu boa parte dos equipamentos que a livraria continha, outros amigos encaminhavam mesas, máquinas de escrever e de calcular, para a construção a firma Matarazzo deu cinquenta por cento de desconto no cimento para a obra, a empresa metalúrgica de São Paulo doou metade da compra de portas e janelas e assim em 1959 a construção foi iniciada com cinco milhões de cruzeiros consignados na União, alguns políticos da época também encaminharam doações financeiras por mais de uma vez.

Devido às dificuldades financeiras, o projeto que ganhou o concurso não pode ser realizado por ser de grande custo financeiro. Uma nova elaboração foi feita pelos técnicos, enquanto que, quem ajudava na construção eram os próprios alunos que a Poli obtinha no curso de Engenharia Civil, nesse meio tempo, doações de equipamentos não paravam de chegar. Em 1962 as obras estavam atrasadas pelos contratempos de trocas de governos, ainda haveria de construir uma sala para a diretoria e um laboratório, além de providenciar água potável e sanitários para que no fim desse ano o vestibular fosse efetuado na nova sede; e assim foi feito, em novembro de 1962 a ala do térreo já estava pronta para uso e como combinado o vestibular ocorreu na nova instalação da Poli.

Para o ano de 1963 foi solicitado um auxílio de cento e seis milhões de cruzeiros para as obras e quarenta e oito milhões para equipamentos/instalações. O governador Pedro Gondim cedeu a verba para a segunda necessidade, mas uma surpresa foi feita por José Marques de Almeida Júnior, ao invés de comprar no comércio, ele adquiriu uma marcenaria completa, pois a madeira seria retirada de uma mata próximo ao município de Mamanguape, o corte seria feito com ajuda do pessoal do Estado, do SENAI e de uma Fábrica



Sede definitiva da Escola Politécnica da Paraíba –1963

2.5 O Desenvolvimento da Escola Politécnica

A Escola Politécnica teve dois momentos em sua história, a criação e a expansão, ambos de incomensurável ajuda do público, empenho dos membros atuantes, bem como dos alunos e funcionários. Tratava-se, como estes mesmo costumam mencionar, de uma família; as aulas da Poli iniciaram-se em 1954, da primeira turma oito engenheiros civis foram formados quatro anos depois, o primeiro diretor foi Antônio Morais que exerceu essa função até 1963, por dez anos, este foi responsável direto pelas primeiras turmas, definição de uma sede e crescimento físico da Escola Politécnica, valendo salientar, que já na década de 1960, a fama da instituição já era aclamada no Nordeste e esse feito foi responsabilidade direta do dirigente e de seus colaboradores.

Propostas inovadoras começaram a ser lançadas, em 11 de julho de 1961 um pequeno grupo de professores decidiu criar os cursos de Engenharia

Elétrica e Mecânica, após negociações internas, Lynaldo Cavalcanti, no ano de 1963, na posição de vice-diretor implantou o curso de Engenharia Elétrica na Poli, mas logo o curso categorizado como não qualificado, devido a não validação do presidente.

Essa problemática levou alguns meses para ser resolvida através de um pedido político e assim o curso ganhou qualificação. Ainda no ano de 1961, a Poli recebeu a visita do professor Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, como então presidente da COSUPI²³ e um lutador em prol da melhoria do ensino universitário, este aconselhou que os professores fossem contratados em tempo integral para aumentar a carga horária de aulas e laboratórios, também propôs que houvessem alunos com bolsas para estágios, o que foi a abertura de uma porta para muitos caminhos e avanços tanto para o aluno quanto para a instituição. De imediato, a diretoria tentou efetuar as sugestões e conseguiu com êxito.

Uma surpresa ocorreria no ano de 1963, após a implantação do curso de Engenharia Elétrica, o então diretor Antônio da Silva Morais pede renúncia de seu cargo e afastamento das disciplinas que ministrava, pouco se sabe sobre o real motivo do pedido, apenas que o vice diretor Lynaldo Cavalcanti terminou esse mandato do mês de março até o fim do mesmo ano. O empecilho seria achar outra pessoa tão competente quanto Morais para diretor da Poli.

Assim, uma lista trinomial foi feita pelos membros da escola, os nomes da lista eram o de Austro França Costa, Antônio Idelfonso Melo e Giuseppe Gióia, todos professores da Poli; Lynaldo não foi colocado nesta lista, esse fato fez o mesmo renunciar o cargo de diretor temporário alegando que se o seu nome não estava entre os escolhidos significava que seus colegas não tinham confiança no seu trabalho. Após muitas negociações Gióia abdica de estar na lista e Lynaldo é adicionado, até que em 17 de dezembro de 1963 o Presidente

²³A Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI) foi criada pelo decreto número 49.355 de 28 de novembro de 1960, do então Presidente da República Juscelino Kubitschek, e tinha por objetivos, *modificar mediante a difusão de ideias, as estruturas das universidades brasileiras e das escolas superiores de tecnologia, visando promover reformulações profundas em relação às cátedras e a carreira docente das universidades e apoiando a formação de técnicos procurando elevar o nível de conhecimento desses profissionais, aumentar o número de vagas nos cursos de engenharia, visando com isso, o desenvolvimento social do país, de modo a sanar as deficiências impostas pelo crescente progresso técnico da nação à educação e ao trabalho.*

da República João Goulart²⁴ nomeia para diretor da Escola Politécnica da Paraíba.

Uma nova fase estava para ser iniciada, inicialmente Lynaldo deu andamento ao Laboratório de Física, Laboratório de Química, penúltimo e último pavimento de aulas, mas pelas contensões financeiras, galpões foram construídos para receber esses laboratórios. No ano de 1964, o primeiro convênio estrangeiro foi firmado, professores norte americanos viriam para Campina Grande para prestar ajuda em melhorias, desenvolvimento e indústrias através do Projeto R.I.T.A. (Rural Industry Technical Assistance), a partir desse projeto de pesquisa, outros convênios foram estabelecidos e muitas descobertas foram feitas na Poli e posteriormente na Universidade Federal da Paraíba, estes, foram patenteados por empresas estrangeiras. O primeiro deles foi um protótipo de telecomunicações, posteriormente o forno de microondas.

Ainda no referido ano foi criado o curso de pré-vestibular funcionando na Floriano Peixoto no prédio da FUNDACT, mas a principal empreitada do ano foi a criação do curso de Engenharia Mecânica. Em dois anos as instalações estavam prontas para receber o novo curso de graduação, mas havia um problema, a Universidade Federal da Paraíba também implantara o mesmo curso nessa época e uma sessão de debates entre as instituições e o governo passou a ocorrer até que em 1970 foi feito um acordo em que o curso de Engenharia Mecânica seria desabilitado da Poli em troca de ajuda financeira e apoio para criar as pós-graduações no nível de mestrado em Engenharia Civil e Engenharia Elétrica. Assim foi feito, a Poli teria em cerca de um ano pós-graduações em suas instalações.

A Escola Politécnica também ajudou na criação do Instituto Tecnológico da Paraíba, manteve parcerias com órgãos como o SENAI e o Sindicato da Construção Civil, além dos órgãos estaduais como a SUDENE, SUPLAN e DER, para estágios de seus alunos e oportunidade de primeiro emprego. Manteve também, contato com universidades internacionais para intercambio de professores.

²⁴ João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como "Jango" foi presidente de seu país, de 1961 a 1964. Antes disso, também foi vice-presidente, de 1956 a 1961

O primeiro mandato de Lynaldo foi concedido por João Goulart em 1964 com validade de três anos, em 1967 Castelo Branco²⁵ renovou por mais três anos. Desta vez, o renovado diretor tinha novos planos de crescimento, o primeiro deles foi feito em parceria com o engenheiro do ITA²⁶, Mário ToyotaroHattori, que estava em exercício na Poli como professor, era especialista em processamento de dados e desejava que esta habilitação fosse oferecida na Poli, mas para tanto era necessário um computador.

Antes de chegar a esse objetivo, foi criada a ATECEL (Associação Técnico Científica “Ernesto Luiz de Oliveira Júnior) neste ano como um meio de aquisição legal para o computador. Também exerceu a função de promover a realização de pesquisas tecnológicas, cooperar com a diretoria da Escola Politécnica, mas sua primeira finalidade de urgência era a criação e manutenção de um Centro de Processamento de Dados com utilização de um computador digital. Assim posto, o computador deveria ser adquirido o mais rápido possível, mas por ter um alto preço, as secretarias Rita e Maria Castro tiveram a ideia de promover uma rifa e encaminharam para o endereço dos alunos, ex-alunos e funcionários com a finalidade de levantar uma boa quantia, mas não conseguindo alcançar esta, uma nova rifa foi lançada, desta vez para toda a cidade e o prêmio era um automóvel Volkswagen, como relatou Maria de Castro em entrevista concedida ao Projeto Memória. Com o sucesso dessa nova tentativa, a meta financeira foi alcançada e a Poli foi aclamada com o IBM 1130, primeiro computador no Norte e Nordeste.

²⁵O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi um militar e político brasileiro, primeiro presidente do período do governo militar instaurado pelo Golpe Militar de 64.

²⁶O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) é uma instituição de educação e ensino superior do Comando da Aeronáutica.



IBM1130 primeiro computador do Norte-Nordeste – 1968

Após a aquisição do IBM 1130 a atenção dos membros da Poli foi direcionada para a pós-graduação. Em 1970 várias instituições internacionais foram visitadas para que o modelo de pós na Poli fosse parecido no que diz respeito ao avanço de ensino dessas instituições. As universidades internacionais, por sua vez, não negaram ajuda e desta maneira, no mesmo ano foi implantado o mestrado em Engenharia Elétrica na Poli, equipamentos foram doados, intercâmbios oferecidos e muitos professores estrangeiros vieram colaborar no ensino do então inaugurado mestrado. Toda essa mobilização foi aproveitada para no fim deste mesmo ano ser implantado o mestrado em Engenharia Civil nos mesmos moldes e a empreitada foi um sucesso.

Em 1971 a validade do mandato de Lynaldo Cavalcanti como diretor da Poli estava chegando ao fim. Após seis anos nesse ofício, este assumiu por dois anos a direção das pós graduações da Escola Politécnica e em fins de 1972 assume o cargo de diretor adjunto no Ministério da Educação e Cultura. O terceiro e último diretor da Poli foi Francisco Barbosa de Lucena que ficou de 1971 a 1975 a frente da organização de tal instituição de ensino; nesse tempo, as instalações do terreno da Poli já eram maiores, o número de alunos havia

triplicado, tinha aclamada fama, recebia muitos elogios e visitas, o que permitiu a maior procura do público para estudar, bem como ocasionou o aprimoramento dos membros que trabalhavam para o crescimento contínuo da Escola Politécnica. O resultado foi a cogitação de implantação de outros cursos, como o de Meteorologia, e de uma reforma educacional que estava sendo proposta pelo Governo do Estado para que as Faculdades de Campina Grande se unissem e formassem o Campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), toda essa empreitada foi efetuada com êxito.

Assim, em 1974 foi publicado no diário oficial no dia oito de março o Decreto federal número 73.701 que criava o Centro de Ciências e Tecnologia em Campina Grande, absolvendo a Escola Politécnica, a Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande e a Escola de Agronomia de Areia, mas apenas após a reforma estrutural em 1978, um novo estatuto foi implantado e houve a divisão dos centros que constituiriam a UFPB, Campina Grande era palco a partir de então do Campus II com o Centro de Ciência e Tecnologia e o Centro de Humanidades.

Os avanços da Escola Politécnica são notáveis, mas questionáveis, faz-se necessário pensar que os recursos angariados na época, apesar dos esforços de um grupo de pessoas, foram parte de projetos políticos locais, havia um interesse local de levar o status da cidade de Campina Grande, é necessário refletir que esses avanços circulavam a popularidade e a economia local. Além disso, há outra inquietação contundente que é a voz de quem narra a história da Escola Politécnica, a fundação foi construída sobre o mito de vitória, mas os bastidores foram encobertos, não há como desenvolver uma empreitada de tamanha proporção sem levantar a inquietude da oposição.

A Poli, como é chamada pelos seus participantes, trata-se do embrião que rapidamente se tornou o filho de sucesso, o seu crescimento ultrapassou barreiras, trouxe ganhos inestimáveis para o município de Campina Grande, suas conquistas foram suscintamente colocadas neste trabalho para melhor entendimento do que foi a instalação do ensino superior na cidade de Campina Grande e como se deu a reunião de esforços em prol do sucesso do advento

da criação da universidade na cidade. Encerrando esse capítulo mas, não a discussão, temos a afirmação de Stênio Lopes:

Uma pequena Escola de Ensino Superior, ousadamente plantada numa cidade relativamente pequena, no interior do nordeste, pôde tornar-se um dinâmico centro de tecnologia, de certo modo igualando-se às melhores Escolas de Engenharia do País [...] uma coisa, porém, continua desafiando os contratempos, os transtornos, as dificuldades: nos melhores momentos da Universidade Federal da Paraíba está presente o Campus II, em cuja tessitura pulsa o CCT (Centro de Ciência e Tecnologia) que foi o herdeiro do trabalho, da dedicação, da inteligência, da criatividade, do idealismo que realizaram a Escola Politécnica de Campina Grande. (LOPES, 1989: 185-186).

CAPÍTULO 3

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ESCOLA POLITÉCNICA

A mulher busca os seus direitos de liberdade, seja ela para vivência, expressão, direitos e trabalho. Muito de sua conquista já foi mencionado no capítulo anterior. A mulher buscou o espaço público para se desenvolver enquanto profissional, dentre suas opções de cursos superiores, ela procurou uma profissão que era tida como lugar culturalmente masculino, como é o caso das engenharias. Porém, chegar até esse nível exigiu que em séculos anteriores uma corrida em busca de liberdade para realizar sonhos de autonomia fosse travada, nesse meio tempo e até na atualidade foi necessário enfrentar muitos olhares, dificuldades e estigmas.

Na Paraíba não foi diferente, estado do Nordeste com municípios interioranos de uma formação educacional feminina rústica. Aqui, como em outros estados brasileiros as mulheres estavam sendo educadas para cuidar do lar, dos filhos e do marido, as mais “estudadas” tinham uma profissão ligada ao ensino infantil. Por muito tempo foi assim, as famílias mais abastadas financeiramente permitiam que as filhas fossem para outro estado estudar direito e medicina, mas um curso de Engenharia, ainda era, como se mencionava na época, “coisa para homem”.

Em 1952 com a fundação da Escola Politécnica esta realidade estava para ser mudada. A presença de uma escola de nível superior de boa fama e com a proposta de cursos de engenharia foi bem aceita pelo público e gerou interesse inclusive feminino, porém as dificuldades também se fizeram presentes e são notadas em comentários lançados para essas mulheres na época, dois deles serão aqui apresentados, estes foram coletados no depoimento de Ana Maria Vilar Campos Catão em entrevista ao Projeto Memória:

Quando eu fui fazer vestibular era tanta gente na porta olhando, parecia que era um ET, mas acostumei. Mas a minha mãe, uma mulher com o

segundo ano primário, era uma pessoa sem muita instrução, sem muita visão, ela dizia "ou minha filha eu preferia que você tivesse passado em um curso de corte e costura que era mais útil a você". A gente queria estudar e ela era contra a gente estudar porque dizia que agente ia se casar e ter filhos, iam ser domésticas e precisavam aprender coisas que mulheres aprendem, a bordar, cozinhar, costurar, isso sim e não essas outras coisas, deixasse isso para os homens. (Catão, 2013:09).

Esses fragmentos mostram um pouco do pensamento na época em relação a mulher participar desse espaço de graduação e atuação profissional tido como culturalmente masculino. A primeira afirmação coloca a surpresa do público com uma mulher prestando o vestibular para o um curso de exatas, olhavam como curiosos aquele acontecimento por se tratar de uma novidade; o segundo fragmento, demonstra a mentalidade que os cidadãos de Campina Grande e redondezas tinham a respeito da função da mulher.

O objetivo deste trabalho está sendo analisar a participação feminina na Escola Politécnica da Paraíba de um modo quantitativo, uma vez que para tanto, muitas barreiras foram vencidas, pois a mulher que cursa o ensino superior consta como 4% da população e a que envereda pelos caminhos de cursos de exatas no recorte temporal deste trabalho é menor que 10%, de acordo com os dados estatísticos expostos por Nadia Regina Lima (2002,53). Assim posto, mostraremos aqui a participação feminina nos vestibulares ena Escola Politécnica enquanto alunas e funcionárias de maneira que possa ser visualizado o crescimento feminino dentro das engenharias, as dificuldades enfrentadas, bem como a participação das mulheres nas Engenharias em Campina Grande através da Poli.

Tal trabalho e análise se faz necessário para entender como hoje o número de alunas em engenharia já preenche metade das vagas ofertadas nas universidades, transitam no ensino superior com liberdade, como as mulheres se inseriram nesse espaço culturalmente masculino e como fizeram história.As dificuldades serão notadas a partirda catalogação de alguns nomes e dados que estão se perdendo nos documentos restantes da Escola Politécnica sem nenhuma análise.

A Poli foi fundada em 1952, mas seu primeiro vestibular foi em 1954, neste ano oito alunos foram aprovados e nenhuma mulher estava entre eles, o mesmo ocorreu no ano subsequente. A primeira mulher foi aprovada no vestibular efetuado em 1956, Arlete Figueiredo cursou por dois anos Engenharia Civil, mas desistiu do curso para estudar Serviço Social, após Arlete, apenas Juliana, que fazia parte da mesma família, prestou o vestibular, mas não obteve aprovação. Inicialmente o quadro de docentes possuíam cerca de dez professores, entre eles não haviam mulheres, já no grupo de funcionário existia apenas uma auxiliar de limpeza, no Arquivo Geral da UFCG ela é tratada pelo sobrenome de Marques, apenas sabe-se que é mulher pela adjetivação feminina.



Giuseppe Gióia, professor da disciplina Geometria Analítica - elementos de monografia, quando ministrava aula para uma turma de alunos da Escola Politécnica - 1956

Da esquerda para direita:

Primeira linha - Mário Carneiro - Arlete Figueiredo - Marçílio Paiva - José Bezerra e Fernando Cunha Lima

Segunda linha - Talma Benevolê- Sebastião Ernesto - e Roberto Moura

Terceira linha - Francisco Celestino

Arlete Figueiredo, primeira aluna da Poli, em sala de aula- 1956

Nestes moldes funcionou a Escola Politécnica nos seus anos iniciais que marcam a década de 1950, após estes, teremos o momento da década de 1960 em que a Poli trabalha de maneira ascendente. A partir de 1963 a direção tem que

se reestruturar para adotar as propostas feitas pela Reforma de Base proposta por João Goulart que visava aumentar o número de vagas na universidade, no ano seguinte, em 1964 houve o Golpe Militar e o regime para adentrar nas universidades passou a ser classificatório e não massivo, este momento para a Escola foi de mudanças, o corpo docente e administrativo não foi alterado, mas muitos militares passaram a assistir aula nos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica como alunos disfarçados, onde os professores tinham o conhecimento de que estes eram militares, mas o corpo discente não, como afirma Ana Maria Vilar Campos em entrevista ao Projeto Memória.

Assim, divido para melhor entendimento as tabelas e análises seguintes em dois momentos, o primeiro é responsável pelo crescimento da Poli na década de 1960 e o segundo o seu apogeu na década de 1970, sendo esta até o ano de 1975 quando a Poli é transformada no Centro de Ciência e Tecnologia.

3.1 Os Índices Femininos no Vestibular e as Aprovações

Como já foi mencionado, na década de cinquenta apenas duas mulheres frequentaram a Escola Politécnica, uma desistente do curso de Engenharia Civil e a segunda não conseguiu ser aprovada no vestibular. A presença feminina no vestibular veio a ocorrer novamente no ano de 1962 quando Ana Maria Vilar Campos Catão e sua amiga Maria das Graças Pedrosa, esta que era da família Pedrosa, donos da livraria cidade de Campina Grande, que cediam seu espaço para as reuniões onde eram construídos o sonho de efetivar a construção de uma escola de nível superior na cidade e em meio a construção doou muitos materiais da livraria para ajudar a escola Politécnica, prestaram vestibular e foram aprovadas.

No ano subsequente houveram mais duas aprovadas e essa média se manteve até 1965. Nesta data o número de vagas ofertadas eram quarenta, os inscritos no vestibular cerca de oitenta, mas a presença feminina era reduzida não passava de duas ou três desafiantes, isto porque a cultura da época era da mulher do lar ou da mulher que estudava na Escola Normal para ser professora no ensino infantil, uma profissão como a Engenharia Civil era atribuída ao

masculino, pois era ligada a lógica e força, ramos vistos como impróprios para a mulher.

O número de mulheres no vestibular não seguia uma constante tão exata, pois nos dados que estão na documentação da Escola Politécnica há um fator curioso, algumas mulheres costumavam fazer a inscrição do vestibular e comparecer no dia da prova, outras eram aprovadas, mas não efetuavam matrícula e ainda haviam as que se matriculavam, mas não cursavam.

Esse dado levanta hipóteses e indagações de por que essas mulheres não compareciam para matricular-se e assistir as aulas? Será que as famílias sabiam que as mesmas tinham prestado vestibular? Será que não concordaram com uma mulher na família cursando Engenharia Civil ou Engenharia Elétrica? Não há como responder com exatidão, mas é fato que diversos fatores que impossibilitava a essas mulheres de completarem os níveis de seleção e matrícula no ensino superior, fossem fatores familiares, sociais ou financeiros. Por outro ângulo, é notório que motivos dificultam a presença feminina no ensino superior em Campina Grande.

Outro fator curioso é que a maioria dessas mulheres não eram naturais de Campina Grande, mas de cidades circunvizinhas consideradas pelos cidadãos campinenses como interior. Ana Maria Vilar em entrevista demonstra uma possível causa para essa curiosidade:

Quem estudava era classe média, rico não estudava porque se o pai era rico e tinha empresa, pra quê estudar? A gente era classe média, todos lutando e contando os centavos e eu tinha muitos colegas pobres que tinham dificuldades, muita gente de fora, o Ceará sempre compareceu aqui a Politécnica, saiam de lá para vim estudar aqui e era interessante que naquela época você juntava dez alunos e nove eram de fora, só tinha um campinense, assim do interior, eu mesma sou do interior, sou de Taperoá. (CATÃO, 2013: 01)

A justificativa demonstra que Campina era conhecida por ter grandes comerciantes e famílias de posse, as pessoas de classe média que precisavam estudar para tentar conseguir um futuro promissor. Esse fator, inclui tanto homens como mulheres, mas, se analisarmos a posição feminina, chegamos em outra indagação: se as cidades consideradas interiores tinham uma característica

marcante que era a educação rústica ligada aos princípios de família e mulher para o lar, como essas mulheres interioranas se deslocavam de sua cidade até Campina Grande para prestar vestibular tentando vaga em um curso de Engenharia? Talvez, essas mulheres não se matriculavam ou não vinham a prestar vestibular porque suas famílias não permitiam a migração pendular para a cidade de Campina Grande, além do contato direto com uma realidade tida culturalmente como masculina, com os homens e/ou não possuíam poder aquisitivo para sustentar as filhas estudando em outra cidade.

Por esses empecilhos, até 1965 a procura pelo ensino ofertado na Poli era crescente, contudo, o curso rígido e as dificuldades enfrentadas pela população para estudar fizeram com que nesses anos um número menor de dez pessoas fossem formadas por ano, como posto na tabela a seguir. Nota-se a partir dessa numeração que vai de três até vinte e três no espaço de tempo de 1958 até 1965 que existia uma preocupação com a qualidade do ensino e do profissional que estava sendo formado. Já em uma análise de gênero é necessário perceber que o número de homens não era alto mesmo diante da baixa presença feminina. Logo, até o ano de 1965 falamos em um momento de crescimento tanto para as mulheres como para a Escola Politécnica.

Número de Alunos Formados no Período de 1958 a 1965

Ano	Engenharia Civil	Engenharia Elétrica
1958	08	-
1959	05	-
1960	08	-
1961	03	-
1962	16	-
1963	15	-
1964	23	-
1965	15	03

Após o ano de 1965 a Escola Politécnica da Paraíba tinha uma fama reconhecida a nível nacional, fato este responsável pelo aumento da procura do público para cursar uma graduação em Engenharia Civil e Engenharia Elétrica nesta Instituição, a prova disto, são os números de inscritos nos vestibulares até 1969 que nos mostram esse fator. Neste momento há o aumento no número de mulheres inscritas para prestar vestibular, agora não era apenas uma ou duas a cada três anos e sim seis a oito todos os anos, como demonstra a tabela abaixo:

Curso de Engenharia Civil

Vestibular	Inscritos	Homens	Mulheres	Aprovados	Homens	Mulheres
1966	80	74	06	26	25	01
1967	199	191	08	42	42	Nenhum
1968	90	83	07	—	—	—
1969	84	78	06	—	—	—

Apesar do crescimento, os dados percentuais que estão abaixo mostram evidentemente que houve um crescimento, mas esse não chegou a ultrapassar os dez por cento. Pode-se notar também, que no ano de 1967 há uma baixa na média em relação aos outros anos, isso devido ao fato de neste ano os números de inscritos no total ultrapassar todos os outros anos. A partir desta tabela é possível perceber com mais visibilidade a limitação feminina até o presente momento da história da Escola Politécnica, pode-se dizer que é uma faixa numérica oscilante que tenta se manter. Já a segunda tabela mostra o número de aprovados percentualmente, mostrando que para os classificados a quantidade de mulheres já que menor.

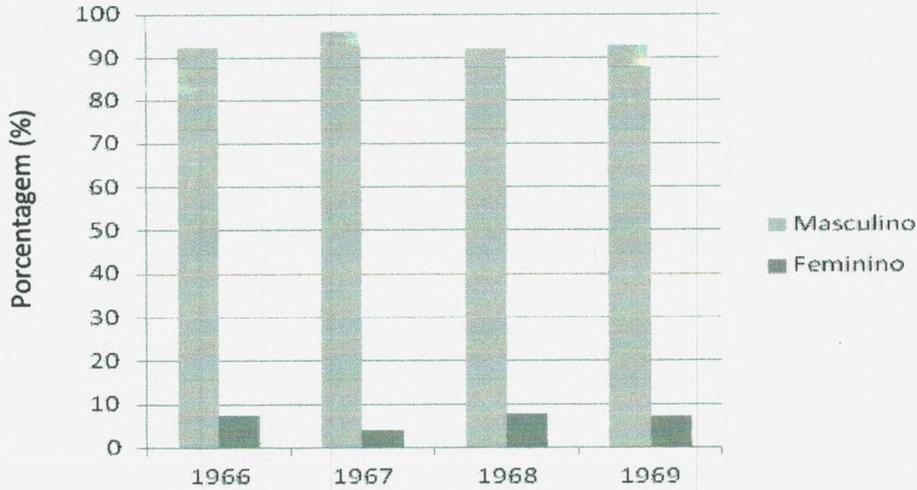


Figura 1. Divisão, por gênero, dos inscritos nos vestibulares para o curso de engenharia civil nos anos de 1966, 1967, 1968 e 1969 na Escola Politécnica, atual Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

Já a tabela abaixo, traz o número de aprovados percentualmente ainda nos anos de 1966 e 1967, demonstrando que quando analisamos os números dos classificados, a quantidade de mulheres é muito pequena, os motivos são provavelmente os já citados anteriormente neste capítulo.

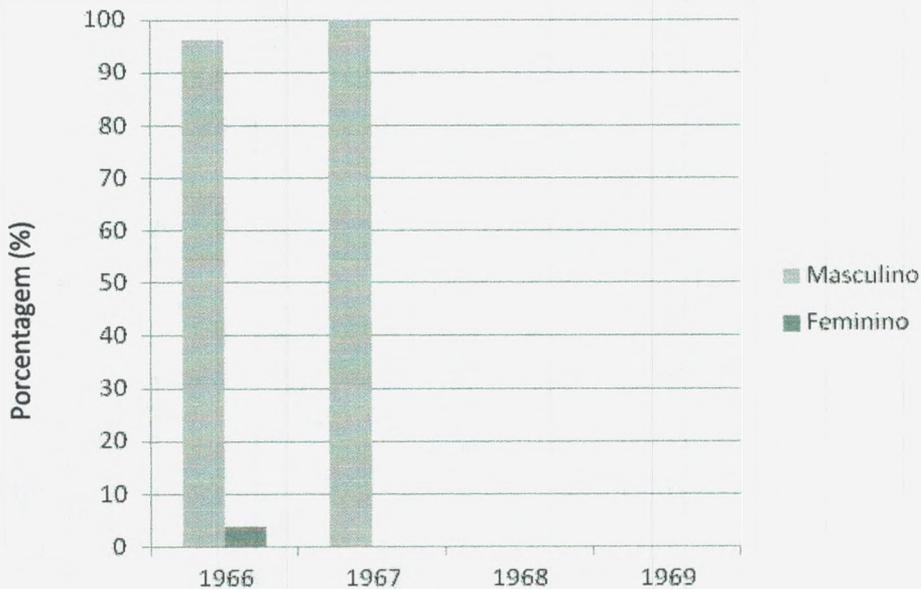


Figura 2. Divisão, por gênero, dos aprovados nos vestibulares para o curso de engenharia civil nos anos de 1966, 1967, 1968 e 1969 na Escola Politécnica, atual Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

Nas documentações da Poli, no ano de 1968 há um balanço de quantos veteranos foram matriculados, nele podemos perceber o quanto a numeração total ainda é pequena, mesmo levando em consideração que os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica são recentes. Em seguida, a tabela percentual informa a numeração de mulheres em comparação aos homens, esta parece alta, mas deve-se lembrar o fato da quantidade de alunos no geral ser pequena:

Veteranos Matriculados em 1968

Curso	Homens	Mulheres
Engenharia Civil	36	1
Engenharia Elétrica	12	1
Engenharia Mecânica	4	2

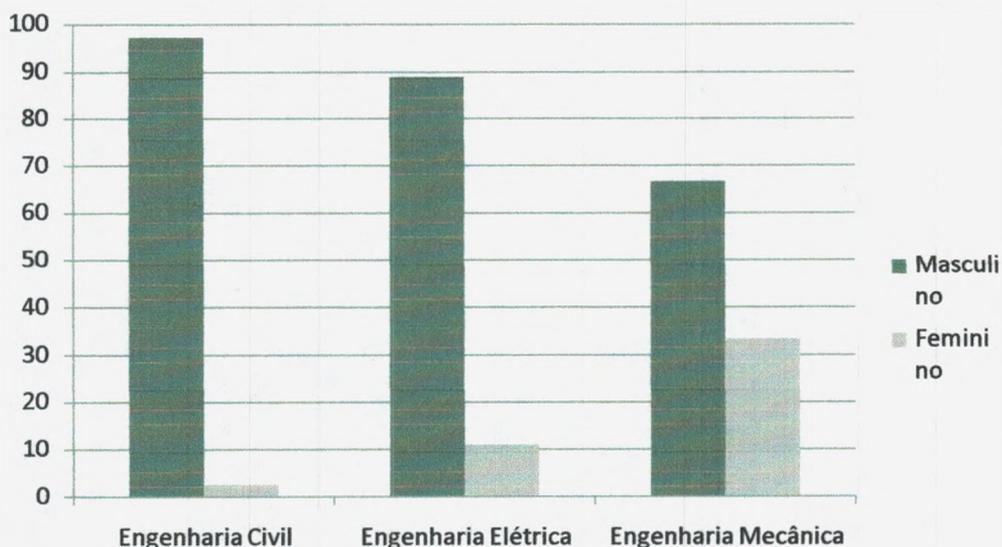


Figura 3. Divisão, por gênero e por curso, dos veteranos matriculados no ano de 1968 na Escola Politécnica, atual Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

Já em meados da década de 1970 o número de mulheres triplicou, nesta época, como já explicado anteriormente, as reformas do Governo da República aumentaram as vagas disponíveis no ensino superior e a seleção passou a ser classificatória como explica Ana Maria Vilar Campos Catão:

Em (19)63, João Goulart dobrou o número de vagas, ficamos com 80 e em 64 ele mandou preencher as vagas, o regime passou a ser classificatório e não mais seletivo, aí foram aumentando o número de mulheres, mas nunca passou de 10%. (Catão, 2013:20).

Esse efeito foi visível nas documentações, além evidentemente, das numerações de alunos. Nesta fase, o número de mulheres inscritas no vestibular sobe de oito para até cinquenta e nove e o número de aprovações cresce em 100% como mostra as tabelas seguintes:

Curso de Engenharia Civil

Vestibular	Inscritos	Homens	Mulheres	Proovados	Homens	Mulheres
1971	239	204	35	68	57	11
1972	321	262	59	114	97	17
1973	261	235	26	–	–	–

A tabela percentual mostra que em três anos o número de mulheres inscritas bate os trinta por cento (Figura 4) enquanto que as aprovadas chegam a dez por cento do total (Figura 5):

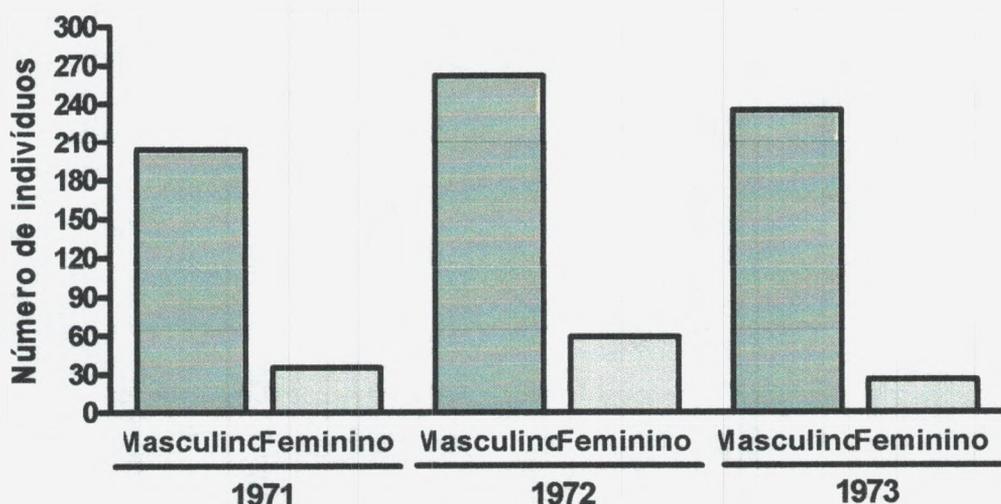


Figura 4. Número de indivíduos inscritos de acordo com o gênero nos anos de 1971, 1972 e 1973 na Escola Politécnica, atual Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

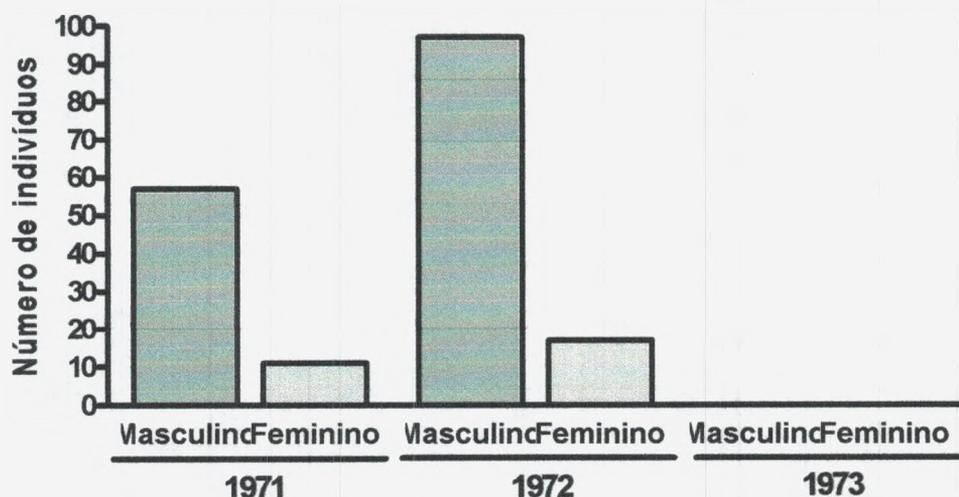


Figura 5. Número de indivíduos aprovados de acordo com o gênero nos anos de 1971, 1972 e 1973 na Escola Politécnica, atual Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

Trata-se de um período de ascensão da participação feminina, nos cursos de engenharia em Campina Grande, os anos iniciais da Escola Politécnica durante a década de cinquenta foi de trabalho para estabilidade, nesta mesma época, a cidade de Campina Grande também precisou se adaptar para o ensino superior. A década de sessenta foi marcada pela presença feminina, mesmo em número simbólico, essas mulheres enfrentaram dificuldades para poder se graduar em engenharia, seja com a família ou com a sociedade.

Essas pioneiras foram responsáveis por quebrar estigmas sociais na cidade e quando assim o fizeram ficaram vistas como as diferentes, que fugiam à norma, “um E.T.”, como mencionado anteriormente, que ultrapassou todos os olhares e barreiras para que na década de setenta o número de mulheres estudantes pudessem crescer e assim sucessivamente até termos o quadro de alunas nos cursos de exatas de hoje. Mas algo não pode ser esquecido, juntamente com as alunas outras mulheres agregariam valor a essa conquista, as funcionárias e é sobre elas que falaremos nos tópicos a seguir.

3.2 O Corpo Docente

Na fundação do curso de Engenharia Civil em 1952 foi nomeado inicialmente um corpo docente composto por oito professores, pois tratava-se de uma turma com apenas disciplinas teóricas iniciais no componente curricular, a maioria deles eram membros do conselho de Engenharia Civil do Estado da Paraíba, apenas com o aumento das turmas foi que novos contratos foram efetuados de acordo com as necessidades que surgiam. Todos os docentes, até o ano de 1960 eram apenas homens, até que uma mulher passou a compor esse grupo de professores da Poli, seu nome era Maria de Lourdes Amorim Marques de Almeida, a mesma era esposa de José Marques de Almeida, então professor e idealizador da referida instituição de ensino superior.

Maria de Lourdes lecionava disciplinas ligadas a cálculo no Colégio Estadual Elpídio de Almeida (Estadual da Prata), na ocasião sua competência era notável. Seu marido já era membro da Escola Politécnica e gerou o convite para lecionar no ensino superior. A mesma aceitou e ficou responsável pela disciplina de Desenho a Mão Livre, inicialmente atendia seus alunos nas dependências da escola estadual, depois foi contemplada com uma sala no prédio da Escola Politécnica.

Em 1965, o quadro de docentes marcava a numeração de cinquenta professores e dentre estes apenas Maria de Lourdes representava as mulheres, até que após a celebração de formatura de 1968, Lynaldo Cavalcanti, como diretor, convidou Ana Maria Vilar Campos Catão para assumir as disciplinas de Mecânica dos Fluidos e Hidráulica, a mesma, mesmo recém-formada, também ficou responsável pelo Laboratório de Hidráulica e ainda foi suplente do curso de Engenharia Civil auxiliando na coordenação do curso.

Essas duas mulheres eram a representação feminina do corpo docente da Poli, além dessas, Tânia Quezado, que foi aluna de Engenharia Elétrica também recebeu o convite por Lynaldo para lecionar, mas não aceitou devido ao fato de já ter emprego garantido ao concluir a graduação; além, aparecem nos registros do Arquivo Geral da UFCG na parte reservada a documentação da Escola Politécnica que existiam professoras auxiliares, Maria de Lourdes, por exemplo, possuía duas, Maria Solange Vidal Accioly que mais tarde foi

incorporada ao quadro docente de Engenharia Mecânica e Marisa de Sales Monteiro, ambas auxiliavam nas aulas práticas e nas possíveis faltas da professora titular que tinha uma carga horária a cumprir na Escola Estadual Elpídio de Almeida e sofria de fortes enxaquecas, essas que futuramente veio a ocasionar um aneurisma cerebral que a levou a óbito, como afirma Ana Maria Vilar:

Ela morreu quando eu fazia mestrado, foi um aneurisma cerebral. Ela tinha umas dores de cabeça e desde o ginásio quando ela foi minha professora ela sentia, o povo dizia “Dona Lourdes, vai dá aula hoje?” Ela dizia: “Vou, estou só com dor de cabeça”, e quando ela tinha enxaqueca ela dizia que não ia dar aula porque estava com enxaqueca, na universidade a mesma história, por anos ela tinha essa enxaqueca, aí um dia morreu de aneurisma cerebral. (CATÃO, 2013: 14).

Nota-se que entre o corpo docente, a presença feminina foi muito limitada, pois além da dificuldade na formação inicial de conseguir professores, na década de cinquenta a Paraíba, em especial Campina Grande, não detinha mulheres engenheiras, bem como não foi possível convidar de outros estados. O caso de Maria de Lourdes, que veio de São Paulo para Campina Grande devido ao casamento, foi um acontecimento singular. Esta, por muito tempo foi a única representação de professora na Poli, outras docentes, sejam as titulares ou auxiliares só lecionaram nos cursos de Engenharia Civil e Elétrica após as suas formaturas na referente instituição de ensino. Sabe-se que esse fato demorou alguns anos, visto que a presença feminina começou a ser atuante a partir de 1961 na Escola Politécnica.

3.3 As Funcionárias

Na fundação da Escola Politécnica não havia funcionários contratados, pois por dois anos os fundadores agilizaram os trametes legais para que o primeiro vestibular fosse efetuado o mais breve possível. Em 1954 houve a primeira seleção, mas como já se foi mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, o primeiro prédio de funcionamento da Poli foi uma ala do Colégio Estadual

Elpídiode Almeida, enquanto a sede se manteve nesse prédio e o início da Poli era de consolidação não existiam mais que quatro funcionários, que se dividiam na secretaria para dar conta da papelada exigida.

Quando houve a mudança para o prédio situado na Floriano Peixoto, pertencente ao grupo Solon de Lucena, o número de funcionários aumentou, no ano de 1958 havia nove funcionários dos quais uma era mulher, esta exercia o cargo de auxiliar de secretaria e era chamada de Giovanna Tavares de Salles, a respeito dessa mulher não encontramos mais nenhum registro até o ano de 1966 quando esta aparece no quadro de funcionários como datilografa. Quando a Poli se transferiu para o bairro de Bodocongó, as instalações eram maiores e o crescimento da unidade uma constante, precisava-se de pessoas não apenas na secretaria, mas no almoxarifado, biblioteca, limpeza dentre outras funções; assim, no ano de 1966 haviam no quadro efetivo vinte e seis funcionários dos quais oito eram mulheres, suas funções são mostradas no quadro abaixo:

Tabela com Nome e Função das Funcionárias em 1966

Nome	Função
Carmelita Moraes	Escriturária
Giovanna Salles	Datilografa
Judith Guimarães	Biblioteca
Miriam Asfora	Inspetora de Alunos
Maria do Carmo Dutra	Auxiliar de Biblioteca
Maria do Carmo Brito	Auxiliar de Laboratório
Rita Castro	Secretária
Rita Maia	Laboratorista

Nota-se que essas mulheres exerciam as funções de auxílio na Escola Politécnica, algumas estavam em contato direto com os alunos como as inspetoras, o que demonstra que a relação entre ambos os sexos era atuante e tranquila se pensarmos que uma mulher mantinha a ordem de inspeção dos alunos. Além dessas funcionárias, há destaque para outras duas que não se encaixaram nessa relação, Maria de Castro que atuou como secretária e Maria

Alencar Rolim, conhecida como Cleise, que trabalhou no almoxarifado inicialmente ajudando o pai e após o seu falecimento já com o aprendizado de todo o ofício assumiu de fato o cargo.

Em 1967 houve chamada de novos funcionários, deles, quatro eram homens e uma mulher, mas aqui se faz necessário uma ressalva, inicialmente a Poli trabalhou com convites, os funcionários que atuavam apesar de competentes começavam a trabalhar a partir de uma espécie de conhecimento, com o passar dos anos, já na década de 1970 os concursos foram sendo efetuados, assim, esses mesmo funcionários prestavam tal concurso e sua maioria com aprovação eram regularmente reconhecidos em suas respectivas funções.

Dentre as funcionárias, algumas se destacavam, uma delas já foi mencionada, Cleise, que se tornou chefe do Almoxarifado e era conhecida por saber onde estava cada utensílio ou papel de seu setor. Além desta, as secretárias Rita e Maria de Castro, estas eram irmãs e a competência de ambas virou mito dentro da Escola Politécnica, por exemplo, Rita iniciou seu trabalho como auxiliar na secretaria, após alguns anos era a secretária que detinha o maior conhecimento que a função a permitia, era tida como uma mulher séria, de pulso que costumava fazer as ideias de Lynaldo Cavalcanti sair do papel diretamente para a prática, como afirma em entrevista Marco Aurélio Miranda Leite, funcionário da Poli:

Rita de Castro era basicamente a responsável por nós funcionários, principalmente os da secretaria. Ela tinha uma personalidade rígida, imponente, o que ela dizia estava dito, era muito correta com as coisas e a burocracia. Foi quem me ensinou o que eu sei hoje em relação ao meu trabalho. Sempre faço tudo correto, pois aprendi com ela o rigor do ofício. (LEITE, 2013:05).

Rita era muito respeitada perante os colegas de trabalho e pelos alunos, na foto seguinte, ela está presente na doação de um motor para a Escola Politécnica, sua postura na imagem demonstra na prática a sua conduta profissional tão lembrada por quem a conhecia:



Rita de Castro recebendo um motor doado em 1966
Fonte: Acervo do Arquivo Geral da UFCG

Outras funcionárias só foram contratadas após 1975 quando a Escola Politécnica já se tornara Centro de Ciências e Tecnologia. Esse crescimento feminino dentro da referida instituição de ensino foi aumentando a cada ano. Se comparado a presença masculina nas engenharias, as mulheres representam ainda uma minoria, mas perto do avanço dado enquanto aquela que está conquistando seu espaço dentro de um ofício até então considerado masculino, a participação feminina, simboliza aqui, uma vitória e um exemplo. Após 1976, com a Reforma Cêntrica, a Escola Politécnica abre portas para ser o Campus II da Universidade Federal da Paraíba juntamente com a anexação dos cursos de humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa discussão tivemos a oportunidade de perceber que as mulheres sofreram uma segregação no espaço público, suas funções eram delimitadas ao lar e ao ofício da maternidade, que após estar vivendo o espaço público, uma resistência social foi efetuada para que a mesma não pudesse exercer atividades profissionais tidas como culturalmente masculinas.

Todas essas questões foram demonstradas através de dados percentuais que comprovam que a presença feminina nas universidades, em carreiras científicas, nas pós-graduações e na carreira de docente universitária não passou de 25%. Vimos também que a garantia dessa realidade era feita através da força do discurso que colocava a mulher como incapaz, pelo preconceito social e pelo silenciamento histórico e historiográfico para com as conquistas e a história das mulheres.

Logo após essa recapitulação, conhecemos a história da Escola Politécnica da Paraíba. Nesse contexto, pudemos avaliar como se deu a conquista do ensino superior na cidade de Campina Grande, contando com a ajuda de uma elite intelectual que doou muito de seu tempo para promover essa conquista, contando com auxílio de boa parte dos empresários, dos funcionários e da política de estado promovida na época.

Esse contexto nos fez perceber o quanto Campina Grande ainda era rústica em seus costumes e tinha uma sociedade baseada ainda no patriarcalismo, mas, ao mesmo tempo tinha uma necessidade de crescimento e uma “visão” de futuro por se tratar de uma localidade que recebia muitas pessoas de outras cidades e estados. A relação de troca de conhecimento e culturas fez Campina Grande emergir a passos largos, porém dados com muita dedicação.

Tal contextualidade foi necessária para percebermos que até a criação da Escola Politécnica, Campina Grande não tinha grandes destaques femininos na chamada “elite intelectual” da época. Conseguimos perceber também que durante os dez primeiros anos de funcionamento da Poli, que vai de 1952 a 1962, a Escola não recebeu mais que três mulheres e essas eram de famílias de um poder aquisitivo reconhecido na cidade.

Foi percebido que a presença feminina começou a ter frequência a partir de 1962, mas que não chegou a 10% da fração de alunos. Ainda foi percebido os discursos e comentários preconceituosos mediante a presença feminina, os olhares da sociedade e a dificuldade enfrentada pelas mulheres para lidar com essa realidade. Outra dificuldade presente foi vista nos dados que mostram que o número de mulheres que se inscreviam e passavam na seleção do vestibular eram maiores do que as inscritas nos cursos de graduação, por motivos estes que podem ser associados a dificuldade feminina em viver esse espaço de ensino.

Ao longo da pesquisa foi colocado que a presença feminina começa a emergir nos anos de 1970, pelo aumento de vagas ofertadas nas universidades e pelo fato das alunas pioneiras da Escola Politécnica já estarem fazendo carreira e servindo como exemplo. Conseguimos coletar que a presença feminina no corpo docente chegou a 7% na Poli, assim como em outras universidades brasileiras. Em relação as funcionárias conseguimos perceber o quanto sua atuação foi importante e tais conseguiram manter respeito, pudor e boa fama na Poli e para o crescimento da instituição de ensino. Sendo lembradas por muitos alunos e ex-funcionários com muito carinho e respeito, seus feitos e dedicação são ressaltados nas entrevistas e sua memória lembrada.

Por fim, podemos concluir que a participação feminina na Escola Politécnica da Paraíba foi significativa para garantia dos direitos femininos, para quebrar estigmas que visavam a incapacidade feminina, para inserção das mulheres no meio público. Além disso, foi muito significativa quando avaliamos que os cursos de engenharia eram vistos como um curso para homens e em uma cidade do interior da Paraíba, as mulheres ganharam respeito por exercer essa profissão.

Hoje, vale salientar, que Campina Grande é vista como um pólo tecnológico, esse desenvolvido pelos cursos ofertados na Universidade Federal de Campina Grande que é fruto da Escola Politécnica. Em certos cursos de engenharia, como a Engenharia Civil, o número de estudantes chega a 50% e estas são reconhecidas no Campus com muito respeito a sua escolha profissional. Essa semente foi plantada em Campina Grande em 1956 quando Arlete Figueiredo decidiu cursar Engenharia Civil na Poli e após ela outras mulheres enfrentaram a família e o meio público em busca dessa profissão.

A participação feminina na Escola Politécnica da Paraíba foi reduzida em percentual, mas significativa na quebra de barreiras e no legado a superação das mulheres.

FONTES

→ Os livros com a documentação da Escola Politécnica da Paraíba que estão no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

→ Entrevistas:

Ana Maria Vilar Campos:

Graduação em Engenharia Civil. Entrevista realizada dia 06/05/2013 às 19,00hs, na sua residência.

Benedito Antonio Luciano:

Graduação em Engenharia Elétrica. Entrevista realizada dia 21/05/2013, às 10:00hs, na sala do Projeto Memória, na UFCG.

José Marques de Almeida Júnior

Graduação em Química Industrial. Entrevista realizada dia 25/06/2004, na cidade de Natal-RN.

José Sérgio da Rocha Neto:

Graduação em Engenharia Elétrica. Entrevista realizada dia 21/05/2013, às 11:00hs, na coordenação de Engenharia Elétrica na UFCG.

José Stênio Lopes

Entrevista realizada no dia 28/07/2004 em sua residência.

Marcos Aurélio Miranda Leite:

Ex funcionário da Escola Politécnica Entrevista realizada dia 26/02/2013 às 16:00hs na sala do Projeto Memória, na UFCG.

Maria Alencar Rolim:

Ex funcionária da Escola Politécnica Entrevista realizada dia 15/03/2013 às 14,00hs, em sua residência.

Maria de Castro:

Ex funcionária da escola Politécnica. Entrevista Realizada dia 02/05/2006 às 15,00hs, em sua residência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Giscard Farias. A Urbs Doente Medicada: a higiene na Construção de Campina Grande 1877-1935. 1ed, Campina Grande: 2006.

ARANHA, Gervásio Batista. Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro – 1907/1957. Campina Grande: UFPB, 1991. Dissertação do Mestrado em Sociologia Rural – UFPB/Campus II.

BARROS, Lucenildo da Silva. Escola Politécnica: Interrogando suas Memórias . Monografia (Graduação em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, PB. 2007.

CAVALCANTI, Silêde Leila. Mulheres Modernas Tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes- Campina Grande 1930/1950. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE. 2000.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. 10 ed, São Paulo, Contexto, 2011.

DEL PRIORE, Mary. Ao Sul do corpo- Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1995.

DO Ó, Alarcon Agra. Da cidade de pedra à cidade de papel: Projetos de educação, projetos de cidades Campina Grande (1959). 1ed, Campina Grande: EDUFCG, 2006.

DO Ó, Edvaldo de Souza. Politécnica: Primeira Escola Superior de Campina Grande. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda.

LIMA, Rômulo de Araújo. A luz que não se apaga: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico. Campina Grande: Eduepb, 2010.

LOPES, Stênio de Almeida. Campina Luzes e Sombras. 1ed, Campina Grande: Atecel, 1989.

LOPES, Stênio de Almeida. Escola Politécnica de campina Grande: uma experiência de desenvolvimento tecnológico no Nordeste. 1ed, campina Grande: Atecel, 1988.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória – A Cultura Popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas de Silêncio no Movimento dos Sentidos*. 3ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, EniPucinelli. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 1997.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. 3ed, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RAGO, Margareth. *Os Prazeres da noite- prostituição e código de sexualidade feminina (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo Mudou a Ciência?*. 2ed, São Paulo: Edusc, 2001.

SCOTT, Jonh. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1990.

SILVA, Fábio Ronaldo da. *Falas Ditas, Falas (re)escritas: os discursos de modernização em Campina Grande nos editoriais sobre a Escola Politécnica*. Monografia (Graduação em História), Centro de Humanidades, Universidade federal de Campina Grande, Campina Grande, PB. 2006.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, C.F.S. & VAINFAS, R. (Org.) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 399-429.

TABAK, Fanny. *O Laboratório de Pandora: estudos sobre ciência no feminino*. 1ed, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

TORRES, José Valmi Oliveira. *Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como pólo tecnológico (1952-1973)*. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB. 2010.